



**Ativismos feministas
e filantropia
transformativa
pós-pandemia**



elas⁺



Cristiane
Zelma

omi
5

Ativismos Feministas e Filantropia Transformativa Pós-Pandemia





Agradecimentos

Às organizações e grupos da sociedade civil lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades que participaram da pesquisa.

Aos parceiros institucionais do ELAS+ pelo estímulo e apoio.

À Rede Comuá por difundir o debate sobre Filantropia que Transforma e apoiar a realização desta pesquisa.



Formulação, Realização e Coordenação da Pesquisa
ELAS+ Doar para Transformar

Direção Geral do ELAS+

Amalia E. Fischer P.

Colegiado de Gerentes

Ana Hespanhol

Denise Viola

Kelly Vieira

Savana Brito

Conselho Deliberativo do ELAS+

Helena Theodoro – Presidenta

Madalena Guilhon – Vice-Presidenta

Célia Cruz

Chirley Pankará

Jaqueline Gomes de Jesus

Lam Matos

Rita Andréa

Suzimar Clementino

Pesquisadoras

Blenda Santos

Iracema Souza - ELAS+ Doar para Transformar

Revisão

Dilliany Justino - ELAS+ Doar para Transformar

Projeto Gráfico e Diagramação

Kaká Bessa



Sumário

Introdução

As Organizações e Seus Ativismos

Territórios

Sedes das organizações
Atuação em territórios
Abrangência da atuação
Eventos climáticos extremos

Perfis

Como organizações e grupos lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades se definem
Perfis das lideranças das organizações/grupos
Perfis das pessoas beneficiárias(es)

Histórico

Motivações para a fundação da organização/grupo
Período de fundação

Estrutura Organizacional

Características quanto à formalização
Tomada de decisões

Estratégias de Ativismo

Formas de atuação
Estratégias de ativismo

Financiamento

Recursos gastos em 2022
Principais financiadores
Obstáculos para acessar recursos

Parcerias


Principais parcerias

Em Movimento... E Sempre

Bibliografia



Introdução



O ecossistema das organizações da sociedade civil lideradas por mulheres no Brasil opera pela coragem em resistir, sobreviver e construir. Resistem em um contexto caracterizado por inegáveis desafios colocados pela pandemia de Covid-19, que escancarou a perversidade das desigualdades sociais no país e a ineficácia dos governos em nível federal e locais em garantir os direitos fundamentais da população, tornando-se um marco para a estrutura desse ecossistema que luta por justiça social e equidade.

Em 2021, o ELAS+ Doar para Transformar, primeiro fundo brasileiro a investir exclusivamente no protagonismo de mulheres cis, trans e outras transidentidades, lançou a pesquisa **Ativismo e Pandemia no Brasil**. Com a análise de dados inéditos coletados no auge da pandemia de Covid-19, em 2020, através do edital Mulheres em Movimento: fortalecendo a solidariedade e a confiança, a pesquisa deu publicidade a um cenário de muitos desafios, alguns recorrentes e peculiares. Ao mesmo tempo, destacou a potência da resistência, inventividade e celeridade dos activismos feministas do país. São aspectos que reforçam a confiança e compromisso que a instituição possui com a filantropia feminista ao longo de mais de 20 anos de investimento nas lideranças das mulheres. Esta publicação foi possível porque, em 2020, o ELAS+ recebeu um número recorde, à época, de propostas de solicitação de financiamento através do seu maior edital anual, o *Mulheres em Movimento*. Sabendo que estava diante de uma grande riqueza de informações que possibilitaria melhor compreender os activismos de mulheres do país em um contexto excepcional de enfrentamento à pandemia de Covid-19, se debruçou sobre a sistematização dos dados.



A [organização/grupo] foi fundada em meio à pandemia da COVID-19, quando a comunidade estava completamente abandonada pelo poder público, sem um responsável médico no posto de saúde, com o objetivo de devolver o acesso da população à saúde, auxiliando nas questões relacionadas à covid. Em 2021, a [organização/grupo] desenvolveu seu próprio modelo de atendimento, com o objetivo de servir às populações vulneráveis, com ênfase na saúde e bem-estar da mulher. Oferecemos um modelo de saúde básica, através do cuidado e do acolhimento, e serviços de médicos especialistas, profissionais em saúde mental, terapias holísticas, práticas interativas, rodas de conversa, prevenção e educação. 90% das pacientes são mulheres e 80% delas indígenas, 3% trans.”

Organização/grupo de mulheres que atua na Bahia

Em 2023, um ‘outro cenário’ se delinea. O fim da pandemia foi oficialmente declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas os seus efeitos ainda são percebidos pelas comunidades. Observamos também uma aceleração dos efeitos relacionados à emergência climática, com eventos catastróficos constantes e crescentes em todos os territórios. O contexto político institucional também é outro, onde se celebra a retomada da democracia como resultado na luta política desses movimentos organizados, mas também se mantém um contexto de disputa pela ampliação da participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no atual Governo de coalizão. Soma-se a este cenário a permanência de uma estrutura conservadora e de extrema direita no Congresso Nacional.

A pandemia de Covid-19 também impactou o campo filantrópico em relação à maneira como a população brasileira percebe a doação. Se em 2015, 81% da população acreditava que o ato de doar faz bem, em 2020, esse

percentual foi para 91%. Além disso, 81% dos doadores brasileiros e 75% dos não doadores acreditam que doar faz diferença. No entanto, em 2020, a doação diminuiu tanto no número de doadores quanto nos valores doados, se comparada ao período anterior à pandemia (em 2015), embora haja um leve crescimento observado no período pós pandêmico conforme observado na Pesquisa Doação Brasil de 2022. (IDIS, 2023)

Diante desse cenário, o ELAS+ Doar para Transformar apresenta **Ativismos Feministas e Filantropia Transformativa Pós-Pandemia**, uma publicação com descrição e análise do cenário atual dos activismos liderados por mulheres no país. Esta pesquisa analisou a base de dados cedidos do edital **Mulheres em Movimento 2023 por solidariedade, justiça e democracia**, lançado em maio de 2023, voltado ao apoio de 64 grupos e também organizações da sociedade civil lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades de todo o Brasil. Esta chamada pública está vinculada ao programa Mulheres em Movimento, que se soma aos esforços de renovação dos acordos democráticos no país a partir do fortalecimento das organizações, dos coletivos, das associações da sociedade civil e dos movimentos sociais, especialmente os das mulheres. São organizações coletivas que atuam de forma solidária pela justiça social e ampliação de direitos em uma perspectiva de participação cidadã de forma ampla, diversa, múltipla e plural.



O Edital Mulheres em Movimento 2023 registrou um recorde histórico de inscrições: 1.687, número 94% superior ao ano anterior (2022). As informações foram coletadas no período de inscrições na chamada, compreendido entre 10 de maio e 10 de junho de 2023. Para fins de uso dos dados para a pesquisa, foi enviado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE para o total de 1.687 organizações que haviam submetido propostas e obtivemos o consentimento de 441 organizações, sendo este, portanto, o universo desta pesquisa. Para a garantia da segurança dos movimentos sociais, optou-se por preservar a identidade das organizações retirando das citações informações que pudessem expor sua identidade.

Foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de dados científicos, de artigos acadêmicos, de relatórios e de produções feitas pelos movimentos sociais, pelas fundações, pelas redes, por organismos das Nações Unidas, por relatórios produzidos por institutos e órgãos públicos de pesquisa.

Os resultados apresentados foram produzidos a partir das informações coletadas no formulário de solicitação de apoio do edital, que é estruturado em onze seções onde são requeridas informações sobre:

1. Contato das organizações/grupos;
2. Características das lideranças
3. Estrutura de cargos e funcionamento;
4. Histórico;
5. Financiamento;
6. Estratégias de ativismo;
7. Parceiras;
8. Beneficiárias(es);
9. Contexto;
10. Os tipos de fortalecimento das organizações e dos seus activismos que serão desenvolvidos;
- e 11. Orçamento.



Na edição de 2023, diante dessas novas dinâmicas sociais que se apresentam, **o edital ampliou o seu escopo de análise, incluindo dados até então nunca analisados em seus relatórios**, como a inclusão do perfil das lideranças PCD e a análise de como os eventos climáticos extremos têm afetado os territórios. Nesse sentido, ***Ativismos Feministas e Filantropia Transformativa Pós-Pandemia*** se caracteriza como um estudo inédito e promissor para o ELAS+ e para todo o ecossistema de OSCs e seus financiadores.





As Organizações e Seus Ativismos

“Canto alto por libertação, legitimação
Ouça nossa voz
Nova geração, não corremos só
Chegou o dia da coroação
É ‘nóis’ por ‘nóis’”

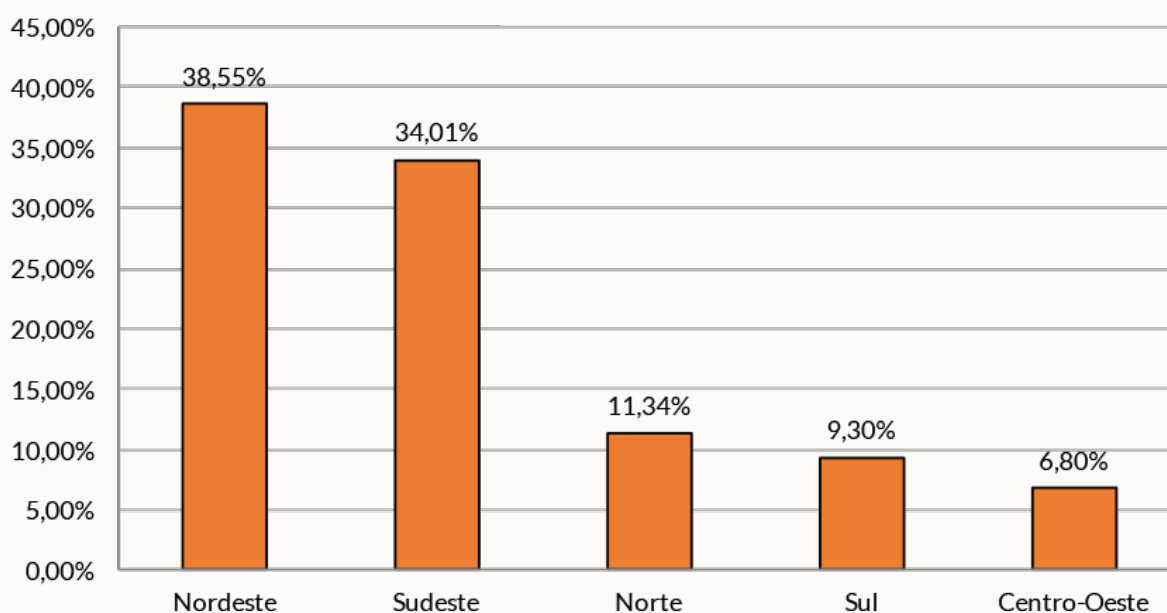
Coroação, Rimas e Melodias

Territórios

SEDES DAS ORGANIZAÇÕES

O universo desta pesquisa representa as 5 regiões geográficas brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Destas, destaca-se o maior percentual de organizações lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades sediadas na região Nordeste, e com aumento nas regiões Sul, Norte e Nordeste em relação à pesquisa anterior¹.

Gráfico - Percentual de organizações por região



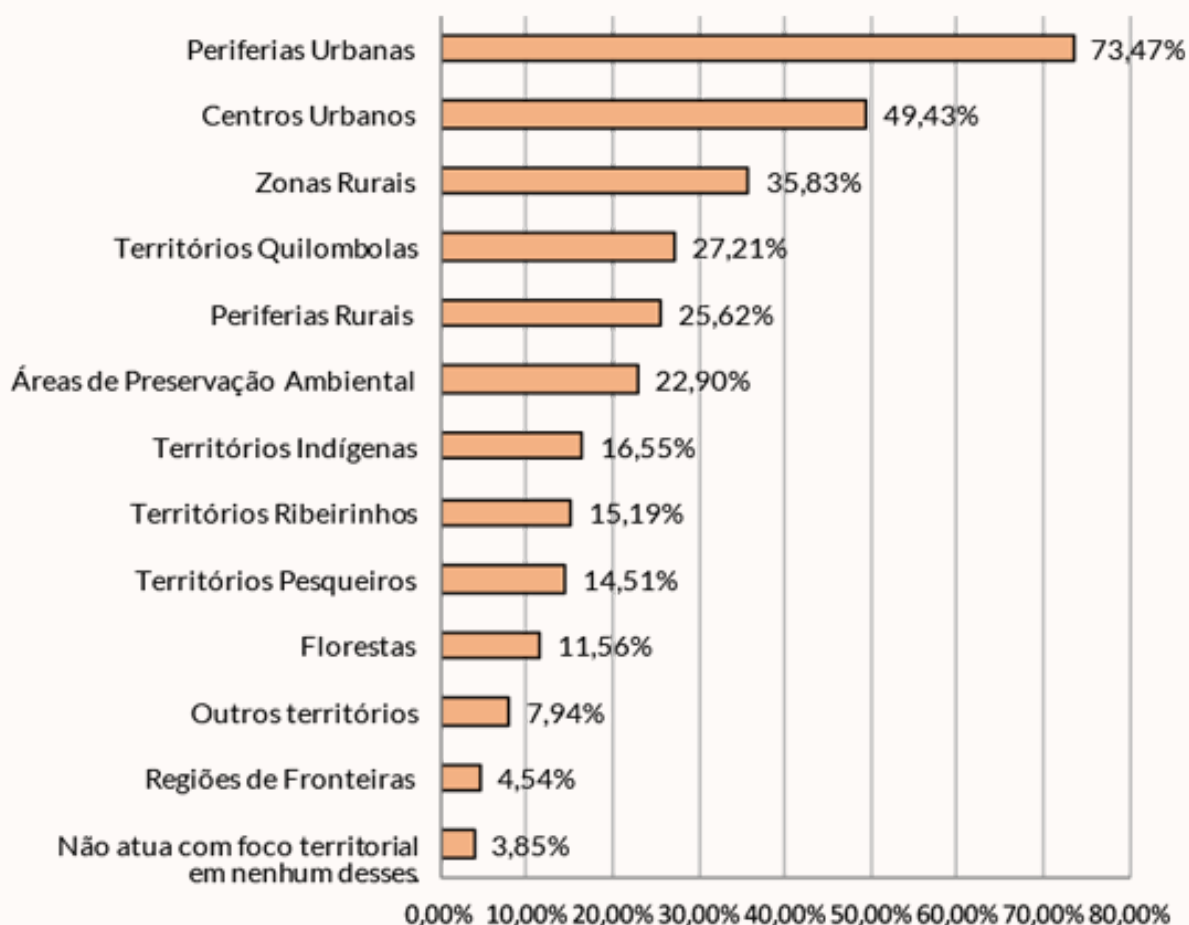
¹ Ativismo e Pandemia no Brasil, 2021.



Os dados informam uma dinâmica apresentada e ratificada em pesquisas anteriores sobre a ampla atuação de mulheres na liderança e mobilização de movimentos e activismos sociais, tanto em percentual de organizações/grupos por região quanto por contingente populacional. Nesse sentido, os dados da pesquisa corroboram com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a), que posicionam o Sudeste e o Nordeste como as regiões mais populosas do país. Também dialogam com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2023), que demonstram uma maior concentração de OSCs em atividade e com atuação voltada para mulheres nessas regiões.

ATUAÇÃO EM TERRITÓRIOS

Gráfico - Percentual de organizações/grupos por atuação em territórios



Ao menos 73,47% das organizações e grupos atuam em periferias urbanas e 49,43% em centros urbanos, de maneira agregada ou não. As zonas rurais (35,83%) ocupam a terceira posição, seguida dos territórios quilombolas (27,21%).

É importante destacar que os espaços territoriais já não podem mais ser considerados puramente a partir de uma dicotomia rural-urbano ou cidade-campo (IBGE, 2023b), de modo que as organizações e grupos podem estar em mais de um território – seja porque atuam em mais de um ou porque atuam em áreas confluentes e/ou de transição. Em regra, a atuação dessas organizações e grupos raramente está delimitada a apenas um território. Há também os casos em que o seu território de atuação ainda não está formalmente delimitado e reconhecido, a exemplo de quilombolas e indígenas.

“[...] na pesquisa sobre violência contra as mulheres no Brasil, encontramos muitos casos de violência, de feminicídio, abuso, etc em nossas comunidades. Isso nos impactou muito. Por isso, percebemos que precisávamos de redes de proteção e apoio para agirmos frente a esses casos de violência. As mulheres sempre estiveram à frente das lutas, mas, até então, não tínhamos poder de decisão. Por isso, criamos inicialmente espaços políticos de discussão e tomada de decisão [...] com mulheres indígenas de todo o Brasil e de muitos povos diferentes.”

Organização/grupo de mulheres do Mato Grosso do Sul

O Brasil possui 1,3 milhão de quilombolas vivendo em zonas urbanas e rurais, dos quais 68,19% residem no Nordeste. No entanto, apenas 12,6% residem em territórios formalmente delimitados e reconhecidos como **territórios quilombolas**. Contexto similar é vivenciado por indígenas, que são cerca de 1,6 milhão, dos quais 63,27% vivem fora de territórios indígenas ou em territórios indígenas não formalmente delimitados e reconhecidos (IBGE, 2023a).

Ao observar os dados de forma desagregada por região, as informações se confirmam: **a maioria das organizações e grupos com atuação em centros e periferias urbanas está no Nordeste (36,24% e 37,04%, respectivamente) e no Sudeste (34,4% e 36,42%, respectivamente), enquanto quase a metade das organizações e grupos com atuação em territórios quilombolas está concentrada na região Nordeste (46,67%).**



PERCENTUAL DE TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO POR REGIÃO					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO	SUDESTE	SUL
Centros Urbanos	10,09%	36,24%	7,8%	34,4%	11,47%
Periferias Urbanas	9,88%	37,04%	7,1%	36,42%	9,57%
Zonas Rurais	17,72%	47,47%	3,8%	25,32%	5,7%
Periferias Rurais	11,5%	51,33%	6,19%	25,66%	5,31%
Territórios Indígenas	26,03%	27,4%	8,22%	24,66%	9,17%
Territórios Quilombolas	14,17%	46,67%	7,5%	18,33%	9,17%
Florestas	47,06%	31,37%	1,96%	17,65%	1,96%
Áreas de Preservação Ambiental	23,76%	43,56%	2,97%	24,75%	3,96%
Territórios Ribeirinhos	40,30%	43,28%	1,49%	13,43%	5,97%
Territórios Pesqueiros	14,06%	65,63%	1,56%	15,63%	3,13%
Regiões de Fronteiras	40%	15%	10%	15%	20%
Não atua com foco territorial (em nenhum desses territórios)	0%	17,65%	11,76%	52,94%	17,65%
Outras	17,14%	40%	11,43%	22,86%	8,57%

O Nordeste também concentra os maiores percentuais de organizações/grupos em zonas rurais (47,47%), periferias rurais (51,33%), áreas de preservação ambiental (43,56%) e territórios pesqueiros (65,63%). O Norte, por sua vez, lidera os percentuais de organizações/grupos em territórios de florestas (47,06%) e regiões de fronteiras (40%). **Em relação aos territórios indígenas, há um equilíbrio entre as regiões Nordeste (27,4%), Norte (26%) e Sudeste (24,66%).** Dinâmica similar é observada nos territórios

ribeirinhos, com concentração nas regiões Nordeste (43,28%) e Norte (40,3%). Já o Sudeste lidera em organizações/grupos que não atuam em nenhum dos territórios listados (52,94%). Nesses casos, as organizações afirmaram que a sua atuação está mais direcionada a grupos sociais e de classes profissionais, sem um foco territorial específico.

“ [A organização/grupo] surgiu a partir da reunião de mulheres negras, artistas de diferentes idades (...) utilizando suas habilidades nas artes como ferramenta de luta e afirmação, [tendo] o pano de fundo das bandeiras de luta contra o racismo, o machismo e a LGBTfobia”

*Organização/grupo de mulheres negras,
lésbicas e bissexuais de São Paulo*

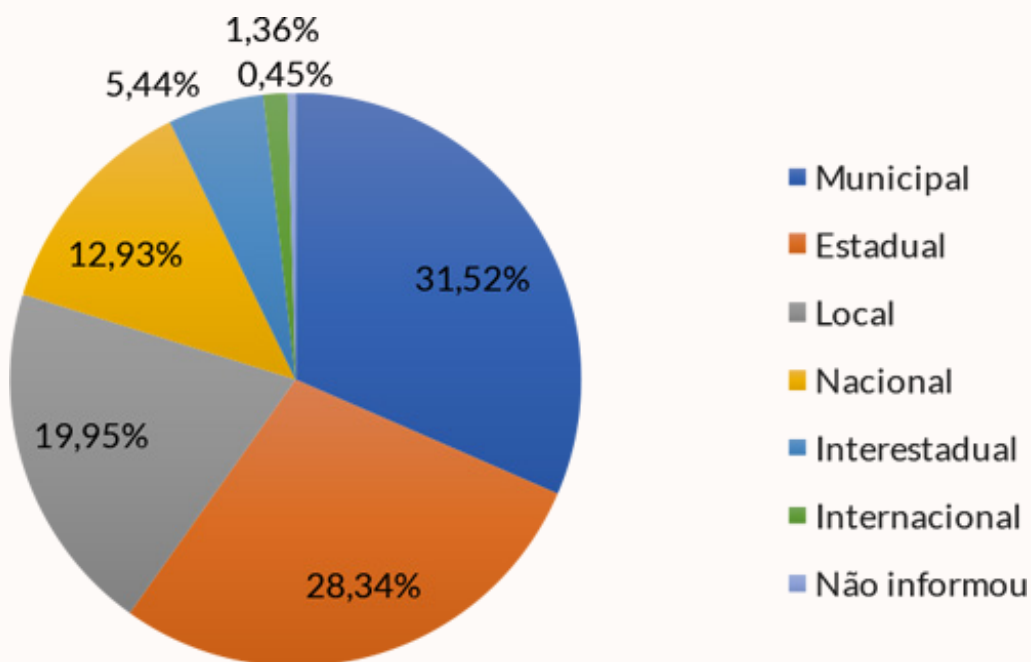
ABRANGÊNCIA DA ATUAÇÃO

Os resultados mostram que as organizações e grupos liderados por mulheres cis, trans e outras transidentidades integram um contexto plural de movimentos e activismos cuja abrangência da atuação é bastante variada, assim como a multiplicidade de territórios e de regiões onde se situam e atuam.

Atuantes em um país com dimensões continentais, marcado por diferenças e desigualdades históricas, onde se impõem desafios socioeconômicos e de mobilidade expressivos, sobressai a diversidade da abrangência de atuação distribuída tanto no âmbito onde a sede da organização está situada (Local 20%; Municipal 31,5%) quanto em níveis mais amplos de articulação (Estadual 28,3%; Interestadual 5,4%; Nacional 12,9% e Internacional 1,4%). Em relação a atuação internacional, não foi possível identificar um padrão,

havendo organizações e grupos no Brasil com atuação nos mais variados países das Américas, da Europa e da Ásia, liderados por diferentes perfis e baseados em diferentes regiões do Brasil, atuando, ainda, com pautas diversas.

Gráfico 3 - Percentual de organizações/grupos por atuação em territórios



EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

O aumento da incidência de eventos climáticos extremos é um dos principais sintomas do aquecimento global, que causa aumento da temperatura média e das ondas de calor, secas e enchentes, perda da biodiversidade e redução da qualidade do ar, agravamento da insegurança alimentar e hídrica, entre outros. Os efeitos da emergência climática ameaçam a vida no planeta e têm sido observados de forma acelerada em todo o mundo. Diante desse cenário, incluímos, pela primeira vez, nesta edição da pesquisa, o indicador sobre eventos climáticos, com a finalidade de visualizar como as organizações e grupos liderados por mulheres têm sido afetados por essas dinâmicas em seus territórios.

Entre as diferentes formas que mulheres experienciam os efeitos das mudanças climáticas, vale destacar a dificuldade de acesso a recursos, uma vez que a maior parte destes são destinados para organizações e empresas lideradas por homens cis, brancos, enfraquecendo a agência de mulheres das comunidades mais afetadas. São os grupos das comunidades os primeiros a responder às crises, e grupos liderados por mulheres dão respostas amplas, abordando diversos aspectos das crises².

Eventos climáticos extremos, falta de água e a degradação do meio ambiente impactam de maneira desproporcional as mulheres e meninas. Os papéis sociais produzidos a partir dos marcadores de gênero e raça conferem às mulheres a responsabilidade pelos cuidados das famílias e, somado aos contextos de insegurança, restringem seus trânsitos impactando sobre uma maior permanência nas próprias comunidades.

Os dados analisados apresentaram um número significativo - quase metade - dos grupos e organizações foi atingido por ao menos um evento climático extremo nos últimos anos (47,4%). Destes, 32% foram atingidos por enchentes, 13,4% por deslizamento de terras, 11,3% por secas, 7% por incêndios e 4,8% foram atingidos por erosão costeira.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS ATINGIDOS POR ALGUM TIPO DE EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO NO ÚLTIMO ANO	
	%
Enchentes	31,97%
Secas	11,34%
Incêndios	7,03%
Deslizamentos de terras	13,38%
Erosão costeira	4,76%
Outros eventos	11,79%
Não foi atingido	52,61%

² ELAS+, *Impacto de Covid-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil* (Rio de Janeiro, 2021).

Dentre as regiões, aquelas em que mais organizações foram atingidas foram o Sudeste e Nordeste. Dentre os eventos climáticos extremos, o que mais afetou o Brasil foram as enchentes, mas é importante destacar a grande variedade de eventos climáticos extremos por região, conforme é possível verificar a seguir:

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS ATINGIDOS POR ALGUM TIPO DE EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO NO ÚLTIMO ANO POR REGIÃO					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO	SUDESTE	SUL
Enchentes	9,22%	39,01%	6,38%	36,88%	8,51%
Secas	16%	42%	6%	28%	8%
Incêndios	16,13%	45,16%	9,68%	22,58%	6,45%
Deslizamentos de terras	6,78%	49,15%	6,78%	30,51%	6,78%
Erosão costeira	4,76%	38,10%	4,76%	47,62%	4,76%
Outros	9,62%	32,69%	15,38%	26,92%	15,38%
Não foi atingido	11,64%	38,79%	6,9%	32,76%	9,91%

É possível observar, dessa forma, uma distribuição entre as regiões, mostrando a diversidade dos diferentes efeitos climáticos extremos em todo o território brasileiro.

Vale ressaltar que os percentuais apresentados dão um panorama de como os efeitos da emergência climática têm sido notados e vivenciados com recorrência e em gravidade pelos diferentes territórios, não se restringindo a uma região. Nesta pesquisa, optamos por observar eventos climáticos de caráter extremo, mas uma análise mais aprofundada sobre esses e outros eventos, e como impactam a rotina das pessoas e das comunidades, pode nos apresentar um outro panorama. Nessa perspectiva, cabe reafirmar que a maioria das organizações e grupos em análise se encontram nas periferias e centros urbanos, territórios cujos efeitos climáticos têm sido tradicionalmente compreendidos e percebidos de modo particular em relação aos territórios rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pesqueiros, por exemplo.



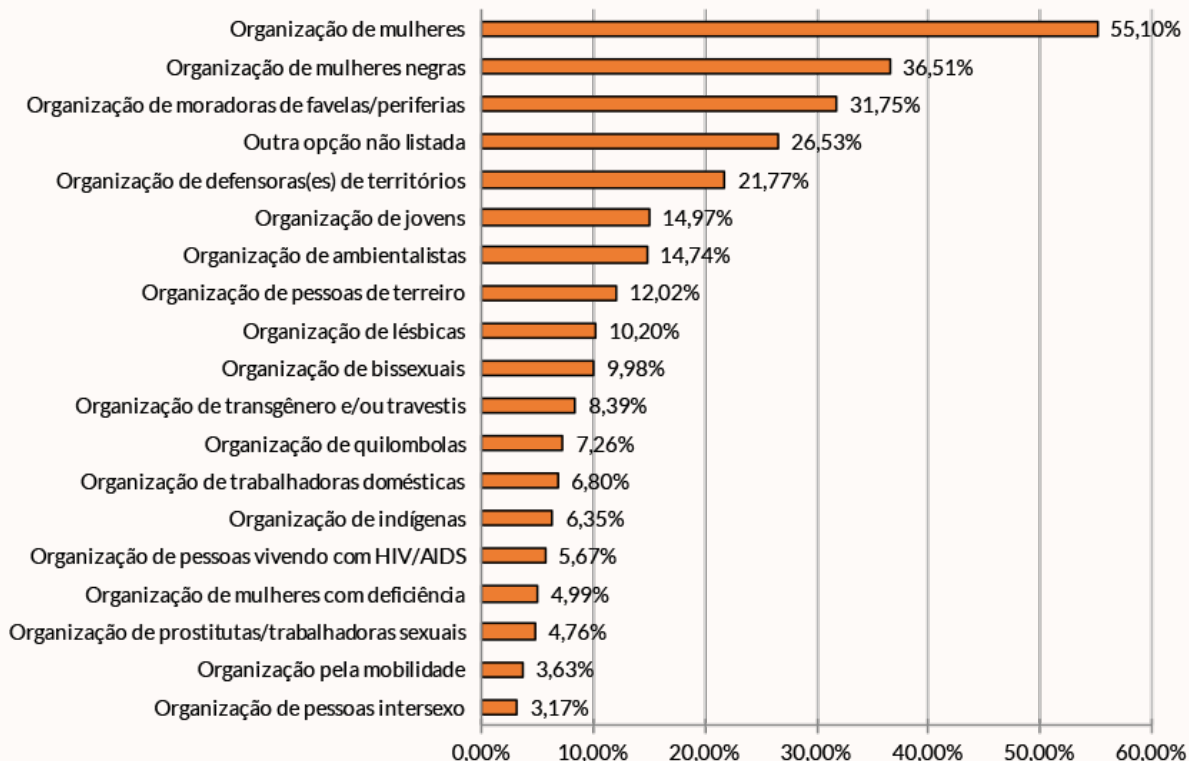
Perfis

COMO ORGANIZAÇÕES E GRUPOS LIDERADAS POR MULHERES CIS, TRANS E OUTRAS TRANSIDENTIDADES SE DEFINEM

As organizações e grupos liderados por mulheres atuam com uma grande diversidade de temas. Suas lutas se caracterizam pelas diferentes frentes de atuação, tais como a defesa e promoção dos direitos das mulheres, equidade de gênero, direitos reprodutivos, combate à violência doméstica e de gênero, representatividade e empoderamento das mulheres em diferentes esferas sociais, políticas e econômicas, em prol das mães de pessoas em situação de reclusão prisional, dentre outras. Inclusive, e não raramente, atuam em agendas interseccionais, com duas ou mais linhas de frente. Também identificamos organizações e grupos que preferem não se definir, seja porque possuem uma atuação mais geral ou porque trabalham com uma multiplicidade de agendas. Nessa perspectiva, **o modo como uma organização/grupo se define pode variar de acordo com a sua atuação** e, inclusive, integrar mais de uma definição.



Gráfico - Como as organizações se definem



Desse universo, **85,7% se autodeclaram uma organização/grupo feminista**, percentual menor do que o registrado em 2021 (93,7%). Essa redução não representa necessariamente uma mudança de autoidentificação. O que identificamos é que, em regra, as organizações e grupos ainda que não se autodeclaram feministas atuam orientadas pelos valores e pautas feministas, com a promoção dos direitos das mulheres de forma integrada a outros temas prioritários, como renda e emprego, mobilidade e territórios. Ou, ainda, podem se identificar com outros conceitos e cosmovisões políticas sobre gênero e sexualidades, que não o(s) feminismo(s).





[A organização/grupo] tem por finalidade o acolhimento de mulheres cuidadoras parentais informais, em vulnerabilidade por razão dos cuidados. São mulheres que, pelo parentesco, acabam por cuidar, sem remuneração, de familiares que estejam necessitando dos cuidados. Acontece que em consequência dos cuidados exercidos, na maioria das vezes de forma exclusiva por elas, essas mulheres entram em situação de vulnerabilidade, adoecimentos e têm diversos de seus direitos negados. Nesse cenário, a [organização/grupo] atua na tentativa de restabelecer esses direitos e, para além, acolher a mulher com o amparo Social e Psicológico.”

Organização/grupo de mulheres que não se autodeclara feminista do Rio Grande do Norte



[A organização/grupo] iniciou como uma creche e uma escola infantil atendendo as necessidades das mulheres chefes de família, diaristas, dentre outras tantas que realizavam trabalhos para sustentarem seus filhos. Veio desenvolvendo, desde sua fundação, projetos voltados a diversas áreas da comunidade e em especial para as mulheres e idosas do entorno da entidade. Atualmente trabalha com cerca de 35 a 40 idosas com projetos de fortalecimento e convivência de vínculos familiares com diversas oficinas, tanto na área de horticultura, artesanato, fabricação de sabões, culinária, visando melhora da saúde e geração de renda, no sentido de incrementar, dentre outros muitos benefícios, o exercício da mente e do corpo, a interação entre as pessoas, a otimização da autoestima, o fortalecimento de vínculos familiares.”

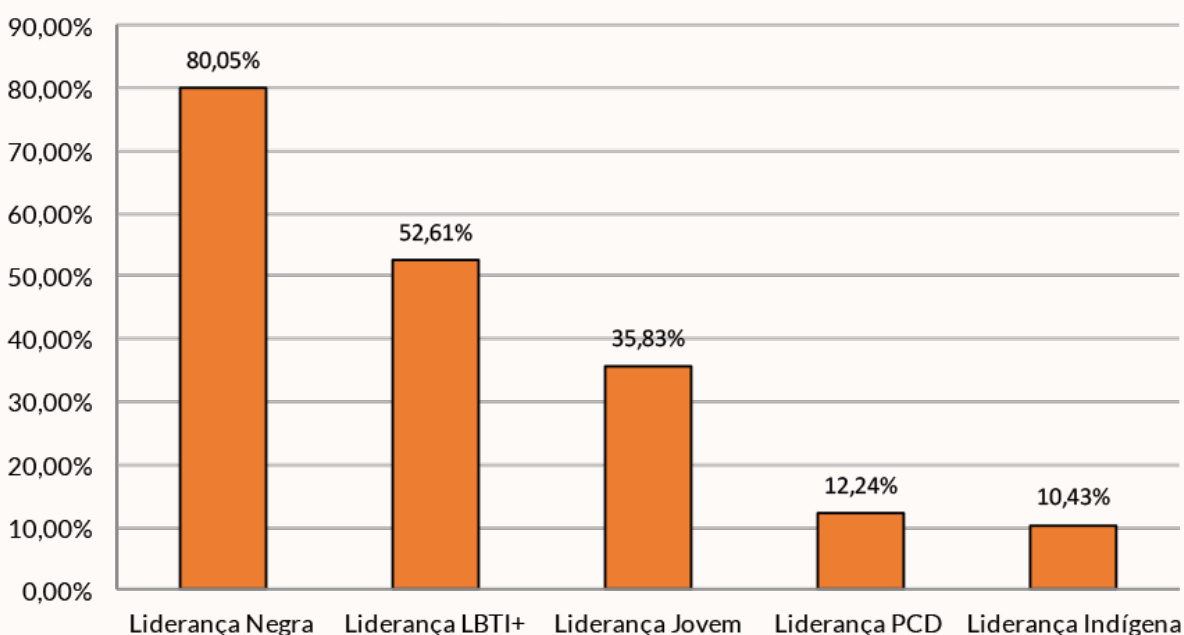
Organização/grupo que não se autodeclara feminista do Rio Grande do Sul

PERFIS DAS LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES/GRUPOS

Mulheres negras e mulheres LGBTI constituem uma representação relevante das lideranças de organizações e grupos ativistas pesquisados. Esse é um dado que já havia sido observado na pesquisa anterior e que apresentou um avanço em 2023. Se em 2021, 73,2% das lideranças se autodeclararam negras, em 2023 esse percentual aumentou para 80%. Um aumento também foi observado em relação às lideranças LGBTI que, em 2021, eram 44,1% e, em 2023, são 52,61%.

O percentual de lideranças indígenas se manteve em 10,4%, enquanto o número de lideranças jovens apresentou um leve declínio (35,8%) em comparação à pesquisa anterior (36,8%). Ainda, uma novidade da presente pesquisa é a inclusão de dados sobre lideranças autodeclaradas Pessoas Com Deficiência (PCD), que compõem 12,24% das lideranças das organizações e grupos.

Gráfico - Perfis das lideranças das organizações



Mulheres negras também são maioria na sociedade brasileira: cerca de 28%, seguidas pelos homens negros, pelas mulheres brancas e pelos homens brancos (CEERT, 2023). Sua expressiva participação em cargos de liderança em organizações e grupos ativistas informa, desse modo, as dinâmicas da composição social do país, das quais figuram como grupo mais expressivo.

Apesar de sua ampla participação na população e entre as lideranças de organizações e grupos ativistas, o mesmo movimento não é observado em outros espaços de representação. Cerca de 30,8% das mulheres negras são subutilizadas no mercado de trabalho, enquanto apenas 12,8% dos homens brancos se encontram na mesma situação, apesar de não terem a mesma expressividade na composição populacional. O nível de precariedade ocupacional das mulheres negras também é 58,4% superior à de homens brancos, enquanto a proporção de homens brancos em posições de liderança no mercado de trabalho é 164,9% superior à das mulheres negras (CEERT, 2023).

Nos espaços de representação política institucional, a sub-representação de mulheres negras, e de mulheres de modo abrangente, também se repete. As eleições gerais de 2022 registraram 34% de candidaturas de pessoas do sexo feminino, 17,9% de mulheres negras, 2,19% de mulheres jovens entre 18 e 29 anos, 0,58% de mulheres com deficiência, 0,29% de mulheres indígenas e 0,13% de pessoas que declararam nome social (TSE, 2022). Os números são ainda menores quando analisado o percentual de candidaturas eleitas. Apesar de alguns desses perfis apresentarem um avanço percentual em relação aos pleitos eleitorais anteriores, os números ainda estão muito distantes de uma equidade de representação.

Soma-se a isso o fato de que nem todos os grupos possuem dados oficiais e representativos sobre a sua participação nos diversos setores socioeconômicos da sociedade brasileira. É o caso da população LGBTTIAPN+ que foi incluída pela primeira vez em pesquisas

demográficas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019.

“A inexistência de dados sobre as pessoas refugiadas e migrantes LGBTTQIA+ impacta diretamente no despreparo das instituições chaves que atendem a população migrante refugiada. Contribuindo a uma dupla exclusão: ficam fora dos programas voltados à população migrante e refugiada (cisgênero) e também dos programas voltados para a população LGBTTQIA+ local. Ao migrarem em busca de reconstruir suas vidas, se encontram com um cenário grave de LGBTfobia e marginalização.”

Organização/grupo de lideranças jovens e LGBTI do Rio de Janeiro

Os 10,4% de organizações lideradas por indígenas reflete o avanço das mobilizações e fortalecimento das organizações coletivas que essas populações têm vivenciado. Os relatórios do Censo 2022 apontam um crescimento total do número de pessoas autodeclaradas indígenas. Se comparada a 12 anos atrás, quando foi realizado o censo anterior, o crescimento foi de 88,82%. Atualmente, as populações indígenas correspondem a 0,83% da população brasileira, enquanto em **2010**, correspondiam a 0,47% da população residente no país. Dentre os aspectos levantados para essa mudanças, se destaca a ampliação da coleta de informações para além das terras indígenas. Dessa maneira, foi possível contabilizar as pessoas indígenas que vivem nas cidades e em áreas remotas, além do envolvimento de lideranças indígenas na realização do censo.

Importante observar que historicamente o projeto de subjugação dos povos originários sempre passou pela assimilação e aculturação desses povos,

buscando suprimir a identidade indígena. Em cinco séculos, 700 das 1.200 nações indígenas no Brasil foram exterminadas, a tal ponto que em 1950 se previu que não existiriam mais indígenas até 1980. Um dos exemplos da forma como o estado brasileiro exerce sua estrutura colonial era o regime de tutela, que impedia a autodeterminação dos povos indígenas no exercício de suas autonomias, histórias, culturas, modos de vida e direitos territoriais. O regime de tutela garantia que o Estado e seus órgãos tinham poderes de representação e tomada de decisão sem que as populações indígenas fossem ouvidas, e condicionando a participação indígena na sociedade institucional brasileira à recusa de sua identidade.

Foi apenas a partir dos esforços do movimento indígena e seus parceiros que, na Constituição Federal de 1988 temos uma mudança, garantindo direitos aos povos indígenas, que antes viviam sob o regime da tutela. O enfrentamento ao racismo e à violência sistêmica, e a valorização da identidade indígena, permitiu um aumento no número das pessoas que se declaram indígenas.

Em suma, cabe salientar que esses dados indicam a presença global de lideranças indígenas, jovens, LGBTI, negras e PCD nas organizações/grupos, e não a sua presença isolada. Isso porque, **a maioria dos movimentos e ativismos liderados por mulheres são integrados por uma gama de perfis interseccionados por gênero, sexualidade, raça, etnia, classe e/ou outros marcadores sociais**. Desse modo, as organizações/grupos lideradas por mulheres geralmente são compostas por dois ou mais dos perfis listados.

PERFIS DAS BENEFICIÁRIAS(ES)

Assim como o perfil de suas lideranças, o perfil das pessoas beneficiárias e assistidas pelas organizações e grupos liderados por mulheres é plural e perpassa pelos mais diversos marcadores sociais. Entretanto, alguns perfis se sobressaem, como as beneficiárias/assistidas mulheres³ (83,2%),

³ Quando utilizamos a categoria “mulheres” nos referimos ao conjunto das mulheres cis e trans em sua diversidade étnico-racial

mulheres negras (83,2%), moradoras(es) de favelas e periferias (65,99%), mulheres em situação de violência doméstica (50,79%), lideranças/ativistas (46,26%) e lésbicas (42,86%).

PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIAS(ES) ATENDIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES/GRUPOS		
	SIM	NÃO
Mulheres	83,2%	16,80%
Mulheres negras	83,2%	16,80%
Moradoras(es) de favelas e periferias	65,99%	34,01%
Mulheres em situação de violência doméstica	50,79%	49,21%
Lideranças/ativistas	46,26%	53,74%
Lésbicas	42,86%	57,14%
Mulheres em situação de violência sexual	39,46%	60,54%
Pessoas transgênero e/ou travestis	39,23%	60,77%
Estudantes ensino médio	36,05%	63,95%
Bissexuais	34,69%	65,31%
Trabalhadoras domésticas	32,88%	67,12%
Estudantes universitárias(es)	29,48%	70,52%
Profissionais da educação	27,44%	72,56%
Mulheres com deficiência	26,76%	73,24%
Populações quilombolas	23,63%	76,37%
Outra opção não listada	22,68%	77,32%
Pessoas vivendo com HIV/AIDS	18,14%	81,86%
Prostitutas/trabalhadoras sexuais	17,91%	82,09%
Mulheres indígenas	17,7%	82,30%
Profissionais da saúde	17,69%	82,31%
Pessoas intersexo	15,65%	84,35%
Profissionais da comunicação	14,51%	85,49%
Populações ribeirinhas	13,83%	86,17%
Refugiadas/imigrantes	12,93%	87,07%
Gestores/as públicos	10,88%	89,12%

Os dados apresentam uma tendência que já havia sido observada na pesquisa anterior, com alguns avanços percentuais mais acentuados para os grupos de beneficiárias e assistidas de mulheres negras (que antes era de 71%), pessoas transgênero e/ou travestis (antes, 29%), moradoras(es)

de favelas e periferias (antes, 56,4%), populações ribeirinhas (antes, 6%), mulheres em situação de violência doméstica (antes, 37%), mulheres em situação de violência sexual (antes, 23,8%), lésbicas (antes, 21,5%), e lideranças/ativistas (antes, 14,7%).

Não é possível precisar as razões que impulsionaram o aumento no direcionamento da atuação das organizações para esses grupos de beneficiárias e assistidas. Contudo, observamos que **as estratégias de atuação das organizações/grupos são, em regra, traçadas a partir do contexto social de suas lideranças e das comunidades nas quais estão inseridas**. Assim, o perfil das pessoas beneficiárias tende a refletir as experiências vivenciadas pelas lideranças e por suas comunidades.

“Somos mulheres atingidas [...]. Nossa pesca e o meio ambiente foram impactados. Nossas águas estão poluídas. Com isso, decidimos buscar formas de nos fortalecer e buscar meios de reconstruir e salvar nossos territórios para fortalecer a base, formar novas defensoras para resistirem aos impactos das barragens. Sem o fortalecimento das bases, não há como defender o meio ambiente.”

Organização/grupo cujas beneficiárias são mulheres, mulheres negras, populações ribeirinhas, estudantes do ensino médio e lideranças/ativistas do Pará



Diante desse cenário, eventos e contextos específicos também desempenham um papel crucial no tensionamento e no aprofundamento de desigualdades e violências, como foi a pandemia de Covid-19. Além da dificuldade no acesso a produtos e serviços, os índices de desemprego, insegurança alimentar, e violência física, sexual, psicológica e LGBTQIfóbica, entre outros, cresceram vertiginosamente, demandando respostas emergenciais e ações direcionadas a determinados grupos sociais que não necessariamente compunham o escopo de beneficiárias das organizações, transformando, muitas vezes, a longo prazo ou definitivamente, as suas atividades e o escopo de pessoas beneficiárias/assistidas. Assim, mesmo as organizações e grupos fundadas antes da pandemia de Covid-19 precisaram se adaptar e reorganizar a sua atuação.





Histórico

MOTIVAÇÕES PARA A FUNDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO/GRUPO

As razões pelas quais as organizações de mulheres cis, trans e outras transidentidades brasileiras são fundadas costumam seguir uma tendência global onde se destacam os processos democráticos e de redemocratização, nos quais a sociedade civil assume um papel central e estratégico na diversificação da esfera pública e na ampliação de acesso às políticas públicas. Nesse sentido, a maioria das organizações brasileiras é criada com o objetivo de atuar em prol do desenvolvimento e da defesa de direitos e interesses, seguida por organizações de atuação religiosa (Mello; Pereira, 2023; IPEA, 2020).

“Historicamente as associações de terreiro serviram de lugar de afeto e resistência para a população negra escravizada no Brasil. Foram formas de organizações que possibilitaram a propagação e manutenção da cultura negra que a colonização tentou apagar. Desta feita e, na perspectiva de se afirmar enquanto Povos e Comunidades Tradicionais, (...) [atuamos na] defesa, manutenção e propagação da cultura de matriz-afro, mas, ainda, de afirmar a importância das mulheres no processo de construção dos terreiros e do território.”

Organização/grupo de mulheres e pessoas de terreiro do Ceará



Surgimos no período da ditadura militar, década de 70 e início de 80, com as primeiras expressões de articular mulheres da área rural e urbana do estado do Pará. Os encontros para discutir essas questões operárias e donas de casas foram o embrião da organização (...). O Movimento começa com a organização com outros temas além das condições dentro da fábrica (...) como: gravidez, habitação, saúde, legislação trabalhista. Acordos coletivos começam a fazer parte das reuniões, realizadas no sentido de fortalecer a luta das [que] não participavam do sindicato, desconhecedoras de seus direitos. O principal objetivo da organização é articular as mulheres do campo e da cidade contra todas as formas de discriminação políticas, econômicas, social, cultural, racial e sexual, com intuito de diminuição das desigualdades de gênero.”

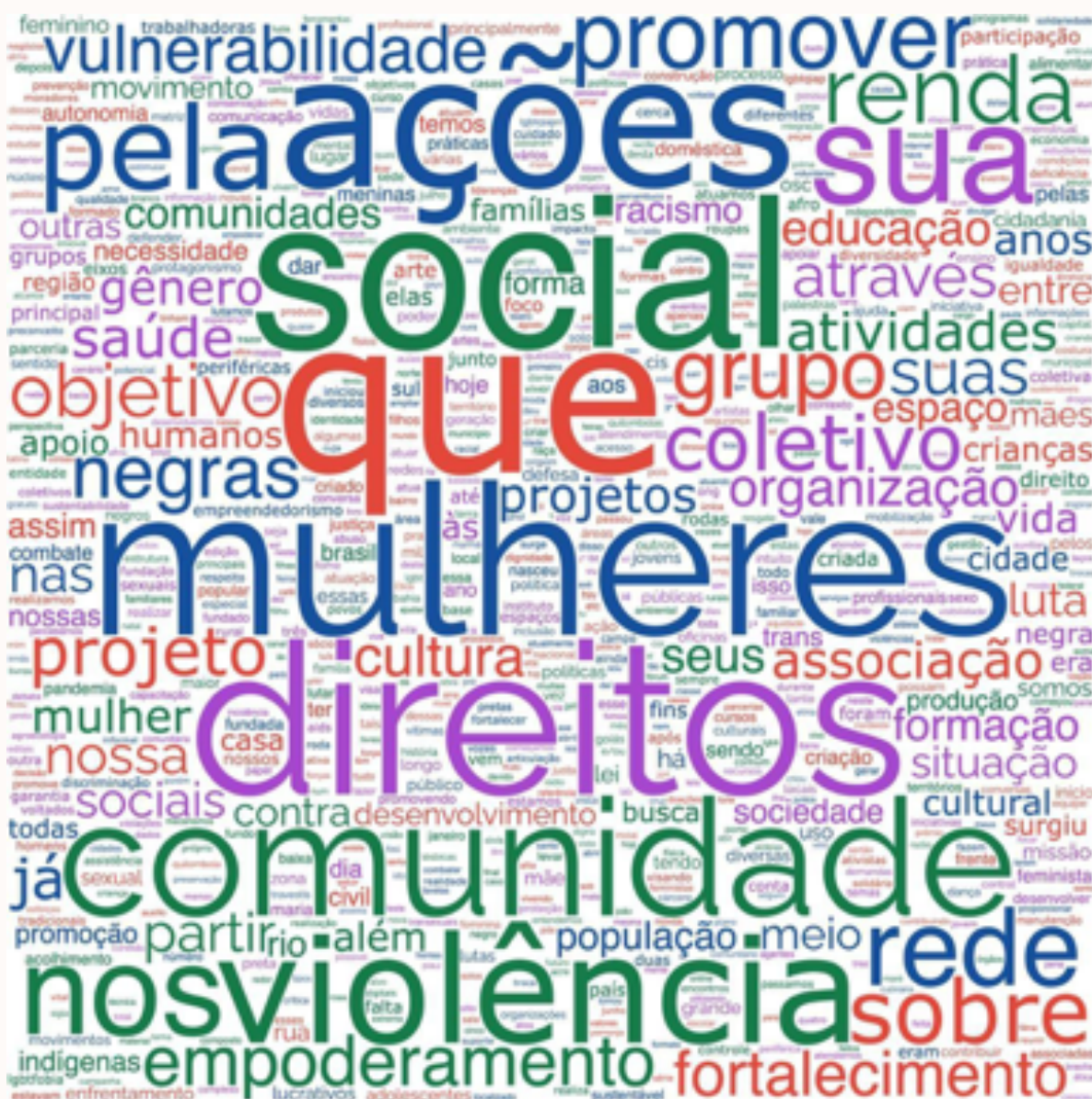
Organização/grupo de mulheres do Pará



[A organização/grupo foi criada] por um grupo de mulheres com deficiência [...], com perspectiva de defesa e cidadania e direitos humanos para mulheres e meninas com deficiência, e desde então passou a desenvolver ações e projetos na temática de gênero, deficiência e feminismo, articuladas com os movimentos de mulheres com deficiência e de mulheres.”

Organização/grupo de mulheres, mulheres negras, bissexuais e mulheres com deficiência do Rio Grande do Sul

Os depoimentos de representantes das organizações/grupos indicam uma prevalência de narrativas (vide nuvem de palavras a seguir) sobre **vulnerabilidade e violência**, de modo que **promover o fortalecimento das comunidades, o empoderamento e o acesso a direitos para mulheres** são algumas das principais motivações para a criação das organizações e grupos lideradas por mulheres no Brasil. Esse é um dado que já havia sido identificado na pesquisa anterior e que se mantém, indicando uma demanda histórica e recorrente desses grupos, e consequente ineficácia do Estado na efetivação das políticas públicas direcionadas a essas populações.



Nesse contexto, cabe ressaltar três dados identificados no âmbito da pesquisa que nos ajudam a compreender o cenário de criação e de atuação dessas organizações/grupos.

Em primeiro lugar, as organizações lideradas por mulheres são, em regra, criadas em meio a um contexto de **violência e/ou vulnerabilidade vivenciada diretamente por suas lideranças e/ou por suas comunidades**. Na nuvem de palavras, por exemplo, é possível observar palavras-chave como “renda”, “cultura”, “educação”, “saúde”, “vida” e “racismo” com uma prevalência significativa. Associado à violência e/ou à vulnerabilidade, as organizações e grupos citam a **falta de visibilidade em determinadas áreas ou setores**, a exemplo das mulheres indígenas escritoras e das mulheres artistas e artesãs de modo geral.

“ [A organização/grupo] é uma associação civil de finalidade social, sem fins econômicos,[...], tem como missão a defesa e proteção dos direitos das mulheres, em especial as donas de casa. Seu objetivo é orientar as mulheres, contribuindo para sua formação e consciência crítica e incentivando o associativismo e a mobilização como instrumento de ação, em busca da justiça, equidade social e da emancipação da mulher. Entre suas atribuições, trabalha para melhorar as condições de vida de suas associadas tendo como uma importante ferramenta de capacitação para a geração de renda.”

**Organização/grupo de mulheres,
moradoras de favelas/periferias do Amazonas**



[A organização/grupo] nasceu em 2021 na cozinha da casa [de] uma das fundadoras do grupo numa conversa informal sobre que medidas tomaríamos para diminuir o feminicídio na comunidade (...) onde moramos, além de planejar trazer oportunidades e conhecimento para as mulheres do bairro (...) e da nossa comunidade. Começamos em 2021 reunindo profissionais da área de saúde para liderar nossas rodas de conversa sobre violência sexual, abuso sexual, trouxemos também uma advogada [para] instruir o grupo sobre os direitos da mulher, mecanismos de defesa e denúncia. Vale ressaltar que toda a liderança do grupo é formada por mulheres pretas e pardas e periféricas, e duas das fundadoras foram vítimas de violência doméstica, vítimas de racismo e discriminação. O grupo nasce como uma resposta estratégica ao feminicídio, racismo e para empoderar mulheres pretas, pardas e periféricas para serem protagonistas, não mais vítimas.”

**Organização/grupo de mulheres moradoras
de favelas/periferias do Rio de Janeiro**





[A organização/grupo] nasceu como um movimento de resistência diante de uma sucessão de episódios machistas sofridos por várias de nós dentro das rodas de samba, onde prevalecia a hegemonia dos homens em detrimento das mulheres, mesmo musicistas, que sempre estiveram presentes nos sambas, mas oprimidas a ponto de não se sentirem acolhidas para sentar nas rodas, pegar um instrumento e tocar. Do mesmo modo, sensível a essa condição de invisibilidade nós criamos uma roda de samba de acolhimento e afeto (...) onde qualquer mulher pode sentar, tocar e cantar, ao mesmo tempo em que a cada roda homenageamos as nossas Mestras do Samba, que vieram antes de nós, mas que não tinham qualquer destaque, nem em vida, nem após sua passagem, mostrando que a memória e o reconhecimento devem ser eternizados para sempre e desde agora.”

Organização/grupo de mulheres, defensoras de territórios, jovens, lésbicas, bissexuais e mulheres com deficiência da Bahia

Um último dado diz respeito à **criação ou transformação das organizações com o passar do tempo ou em decorrência de algum evento ou contexto específico**, como a pandemia de Covid-19, os eventos relacionados à emergência climática, e o aumento de práticas de autocuidado e cuidado coletivo, motivadas especialmente pela ampliação do debate sobre saúde mental. Isto porque, como citado no tópico sobre o perfil das pessoas beneficiárias, muitas organizações e grupos identificaram a necessidade de ampliar o seu rol de atuação e/ou de beneficiárias a partir dessas **outras/novas demandas sociais que se relacionam às suas atividades e/ou aos seus territórios**.



A organização iniciou com o intuito de dar alternativas de vida a crianças e adolescentes moradores de rua. Porém, ao longo de sua caminhada e abarcando temas como a exploração sexual e a violência, percebeu a importância da família, principalmente das mulheres, para prevenir as violações de direitos. Iniciou então um trabalho de fortalecimento das comunidades do seu território, onde a maioria das famílias são chefiadas por mães solo, ou por mães vítimas de violência doméstica. Desde 2017 realiza ações de empoderamento das mulheres, com iniciativas de inserção no mercado de trabalho formal ou informal, e de defesa dos seus direitos, com enfrentamento da violência a qual são submetidas, empoderamento como cidadã e difusão da lei Maria da Penha e dos serviços existentes destinados a apoiá-las. A entidade tem também desde 2009, um atendimento específico para as travestis que se prostituem nas avenidas do território.”

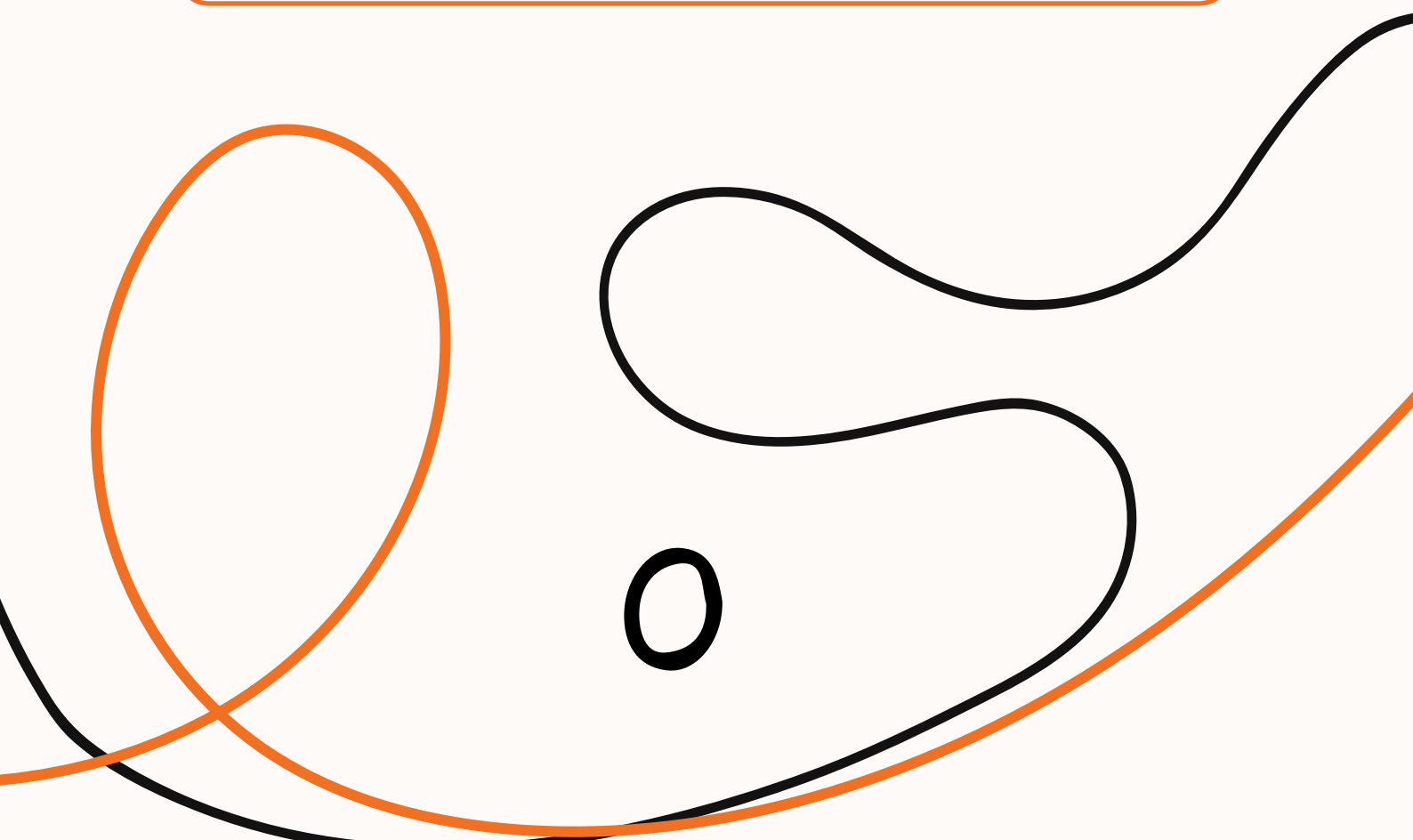
Organização/grupo de defensoras(es) de territórios do Ceará





[A organização/grupo] nasceu da união das participantes do Movimento Negro [...] e de mulheres negras que militavam no movimento feminista branco de Goiás. Naquele momento essas mulheres identificaram que suas pautas não eram atendidas pois transbordavam os limites da religião e das pautas do movimento feminista branco. (...) de 1994 a 1998 o grupo atuou sem registro. É em 1999 que o grupo é registrado e passa a atuar de forma institucionalizada. (...) Desde o ano de 2018 estamos em processo de reestruturação, além das questões administrativas, comunicação, gestão pessoal e gestão de projetos. Identificamos que um dos projetos essenciais para o nosso fortalecimento é o desenvolvimento de atividades de Autocuidado e Cuidado Coletivo e formação da base.”

Organização/grupo de mulheres negras de Goiás





[A organização/grupo] nasceu a partir da movimentação do Banco Comunitário (...). Há 6 anos, [...] foi iniciado na comunidade e contribuiu para o envolvimento das famílias em torno de um objetivo comum, o resgate de suas memórias e de sua história, as trocas de experiências, a conscientização de sua importância para a comunidade, além de contribuir para o equilíbrio entre o meio ambiente e os modos de vida dos indígenas que, antes, eram pouco percebidos pelas comunidades. Nessa movimentação toda, algumas ações foram desenvolvidas com as mulheres, que foram se percebendo melhor e começaram a se organizar. Assim, decorrente dessa movimentação toda e a partir de um projeto de mudanças climáticas com mulheres, nasceu [a organização/grupo] com o objetivo de fortalecer as mulheres da aldeia indígena, aumentando inclusive a sua participação nos espaços de decisão, e também atuar para a sustentabilidade ambiental com vista à justiça climática.”

Organização/grupo de indígenas de Alagoas

Importante ressaltar como **esses eventos e contextos se conectam, resultando na intensificação de violências e violações de direitos humanos, caso evidente da pandemia de Covid-19**, que atingiu de forma muito específica determinadas populações, como as situadas em territórios de grande concentração populacional e as mais afetadas pelos efeitos da emergência climática, a exemplo das mulheres negras, indígenas, quilombolas e moradoras(es) de favelas/periferias e zonas rurais. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 não só se relaciona com a emergência climática, como a “ciência também aponta que a próxima pandemia poderá sair dos abatedouros de gado na Amazônia. Ou seja: o desequilíbrio do ecossistema natural causado pelo desmatamento e a

extinção de animais leva ao aparecimento de novas doenças que podem rapidamente virar pandemias” (Barbosa, 2022, p. 160).

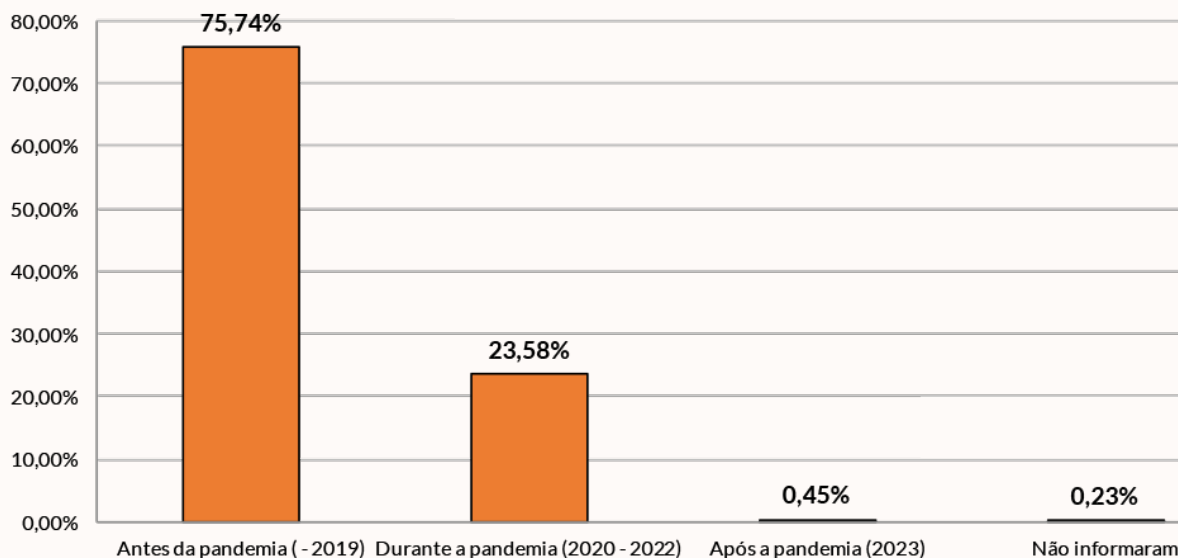
“ [A organização/grupo] foi criado em caráter de urgência pandêmica, para atender as mulheres da nossa comunidade em situação de vulnerabilidade social. Com o término da pandemia, muitas mulheres, mães solo, se viram sozinhas e sem renda para provimento da sua vida e de sua família. Iniciamos novo processo de projetos para geração de renda para essas famílias, como: coletivo de catadoras de materiais recicláveis, coletivo de temperos, bazar solidário, cozinha em feiras, espaços coletivos de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, doações e recebimento de roupas, alimentos, móveis e eletrodomésticos.”

*Organização/grupo de mulheres e pessoas
vivendo com HIV/AIDS de Minas Gerais*

PERÍODO DE FUNDAÇÃO

A maioria das organizações e grupos foi fundada antes da Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizar a Covid-19 como uma pandemia, embora a pandemia tenha desempenhado um papel importante na criação de novas organizações. Isto é, a maioria das organizações e grupos iniciou a sua atuação antes de 2020 (75,74%). Durante o período em que transcorreu a pandemia (2020 - 2023) cerca de 23,58% das organizações lideradas por mulheres foram criadas. Após a declaração do fim da pandemia, 0,45% das organizações e grupos iniciaram as suas atividades.

Gráfico - Ano de início de atuação ou criação da organização



Em relação às regiões, o Sudeste se destaca como a região que mais recepcionou a fundação de organizações e grupos durante a pandemia (2020- 2023) (37,5%) e também todas as que foram fundadas após a pandemia (após 2023). O Nordeste lidera como a região com mais organizações e grupos fundados antes da pandemia (até - 2019) (41%), seguido pelo Sudeste (32,2%) e pelo Norte (11,1%).

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS POR ANO DE FUNDAÇÃO E REGIÃO			
	ANTES	DURANTE	APÓS
Norte	11,1%	12,5%	0%
Nordeste	41%	31,7%	0%
Centro-Oeste	6,9%	6,7%	0%
Sudeste	32,2%	37,5%	100%
Sul	8,7%	11,5%	0%



A maioria das organizações e grupos foi fundada após os anos 2000 e possui, em média, cerca de 12 anos, ao passo que as mais novas têm menos de 1 ano e a mais antiga tem 123 anos. **A média de pessoas no momento da fundação das organizações e grupos é de 16. Em 2023, a média de integrantes é de 96 pessoas por organização.** Nesse sentido, a maioria aumentou expressivamente o seu número de integrantes, o que já havia sido observado na pesquisa anterior.





Estrutura Organizacional

CARACTERÍSTICAS QUANTO À FORMALIZAÇÃO

Ainda que o histórico de criação de organizações e grupos liderados por mulheres remonte à própria história do Brasil, dados oficiais mostram que a maioria das organizações e grupos ainda em funcionamento foi formalizada após a década de 1960, especialmente a partir dos anos 1970 e 1980. Esse movimento é justificado pelo que citamos no tópico sobre a fundação das organizações e grupos, e que se relaciona a processos democráticos e à ampliação de acesso às políticas públicas (Mello; Pereira, 2023). Essa informação se confirma em nossa pesquisa: 1,3% das organizações e grupos formalizados (isto é, que possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ) foram fundados antes dos anos 1960.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS	
Formal (possui CNPJ)	52,15%
Informal (não possui CNPJ)	47,62%
Não informaram	0,23%

Um dado se destaca em relação à pesquisa anterior: há mais organizações e grupos formalizados. Em 2021, 56% atuavam sem registro formal, dado que praticamente se inverteu em 2023, onde 52,15% são formalizadas. Entre as organizações e grupos fundados durante (65,38%) e após (100%) a pandemia de Covid-19, a maioria não possui CNPJ. **Em média, as organizações e grupos formalizados têm 15,2 anos, enquanto as não formalizadas têm, em média, 8,6 anos.**

Ressalta-se que, entre a fundação e a formalização as organizações dependem um tempo, logo é esperado que aquelas mais recentes (fundadas durante e após a pandemia) tenham menor percentual de formalização em relação aquelas que possuem mais tempo de

funcionamento. Além disso, a formalização não é um destino de todas as organizações/grupos. Algumas organizações assumem a decisão política de não formalização como uma estratégia de possuir maior autonomia nas atuações políticas de seus ativismos.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS POR ANO DE FUNDAÇÃO		
	FORMAL	INFORMAL
Antes da pandemia (- 2019)	58,08%	41,92%
Durante a pandemia (2020 - 2022)	34,62%	65,38%
Após a pandemia (2023)	0%	100%

Não há dados que informem com precisão as razões pelas quais cada organização/grupo opta por se formalizar ou por se manter na informalidade, o que se sabe é da complexidade que envolve o registro do CNPJ, seja pela necessidade de acesso a recursos quanto pelo endividamento de organizações que não conseguem garantir a sustentabilidade. Contudo, o equilíbrio entre o nível de organizações/grupos formais e informais tende a prevalecer tanto entre os dados por regiões quanto por perfis de liderança, com destaque para **o Nordeste como a única região onde as organizações e grupos são majoritariamente informais (50,6%)** e para as lideranças jovens (57,6%) e LGBTI (54,3%) como as mais informais.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS POR REGIÃO		
	FORMAL	INFORMAL
Norte	56%	44%
Nordeste	49,41%	50,6%
Centro-Oeste	60%	40%
Sudeste	52%	47,3%
Sul	53,7%	46,3%

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS POR PERFIL DA LIDERANÇA		
	FORMAL	INFORMAL
Liderança Indígena	50%	50%
Liderança Jovem	42,4%	57,6%
Liderança LGBTI	45,7%	54,3%
Liderança Negra	50,4%	49,6%
Liderança PCD	50%	50%

PERFIS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES/GRUPOS

No que diz respeito às formas de estruturação, **a maioria das organizações e grupos se caracteriza como associação (31,3%)**, o que é corroborado pelos dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, plataforma de transparência de dados das OSCs desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020). No entanto, é fundamental destacar que os dados aqui analisados são decorrentes de um edital público destinado a apoiar organizações de mulheres cis, trans e outras transidentidades, com e sem registro de formalização. Em função disso são utilizadas categorias diferentes daquelas estabelecidas pelos tipos jurídicos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Lei nº 13.019/2014).

Coletivos e coletivas são o segundo principal tipo de caracterização das organizações e grupos (31,07%), seguidos pelas Organizações Não Governamentais (ONGs, 16,33%) e por “outros” tipos de configuração (11,79%). Em relação a essa última, identificamos uma vasta gama de denominações, como comunidades, grupos e movimentos, projetos, instituições ou institutos, e startups, entre outras.



PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS POR PERFIL DE CARACTERIZAÇÃO	
	%
Associação	31,3%
Coletivo/Coletiva	31,1%
ONG	16,3%
Outra	11,8%
Rede	8,6%
Cooperativa	0,7%
Não informaram	0,2%

Numa perspectiva regional, 38% das organizações e grupos situados no Norte se caracterizam como associações. Já no Nordeste, há um equilíbrio entre associações (34,71%) e coletivos/coletivas (34,12%). A mesma dinâmica é observada no Sul, com 34,15% de associações e coletivos/coletivas cada. O Centro-Oeste e o Sudeste, por sua vez, abrigam mais coletivos/coletivas (30% e 28%, respectivamente). Ainda em relação ao **Sudeste, a região é a que possui mais organizações e grupos que se caracterizam de forma distinta às opções listadas, isto é, como “outra” (50%)**, seguida do Nordeste (21,1%) e do Norte (11,54%).

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS ATINGIDOS POR ALGUM TIPO DE EVENTO CLIMÁTICO ÉXTREMO NO ÚLTIMO ANO POR REGIÃO					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO	SUDESTE	SUL
Rede	10%	8,2%	6,67%	9,33%	7,32%
Associação	38%	34,71%	26,67%	25,33%	34,1%
Coletivo/Coletiva	28%	34,12%	30%	28%	34,1%
ONG	12%	16,5%	20%	18%	12,2%
Outros	12%	6,5%	16,67%	17,33%	9,76%
Cooperativa	-	-	-	1,33%	2,44%
Não informou	-	-	-	0,67%	-

TOMADA DE DECISÕES

A maioria das organizações e grupos se estrutura a partir de uma coordenação, diretoria ou secretaria executiva (57,14%), o que, não necessariamente significa que as decisões sejam tomadas exclusivamente pelas lideranças que ocupam essas funções. Em regra, observamos que, **independente da sua forma de estruturação, a maioria das organizações e grupos liderados por mulheres preza pela autogestão e por acordos firmados coletivamente entre todas e/ou a maioria das suas integrantes.** “Liderança em espiral”, “liderança circular”, “sociocracia” e “liderança 360 graus” foram alguns dos termos citados pelas organizações para descrever essas dinâmicas.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS POR ESTRUTURA DE CARGOS	
	%
Coordenadora(e) / Diretora(e) / Secretária Executiva	57,14%
Outras	16,55%
Associadas(es)	9,52%
Assembleia	7,94%
Colegiado	6,58%
Conselho	2,04%
Não informaram	0,23%





Apesar [de a organização/grupo] ter seu estatuto estruturado nos moldes de uma organização tradicional, no seu cotidiano as ações são compartilhadas utilizando os princípios da Economia Solidária, em especial a prática pedagógica da autogestão que valoriza a participação das pessoas envolvidas na execução das atividades no processo de tomada de decisão, para assim atingir com maior êxito os resultados esperados nos diversos aspectos da administração da entidade, por isso adota-se a gestão democrática.”

Organização/grupo cujas decisões são tomadas por Assembleia em Pernambuco

Algumas organizações e grupos também afirmaram adotar um modelo híbrido de tomada de decisões, que varia de acordo com o tipo de decisão e com o tempo disposto para que a mesma seja tomada. Assim, algumas decisões consideradas mais importantes, como o planejamento de ações e mudanças estruturais, podem envolver todas as partes interessadas (lideranças, beneficiárias, e em alguns casos, parceiros), enquanto decisões cotidianas ou de caráter urgente podem ser tomadas exclusivamente – ou principalmente – pelas lideranças, sem a necessidade de consulta prévia.

Nesse sentido, as decisões tomadas de forma coletiva costumam ocorrer de acordo com o melhor entendimento de cada organização e grupo. Algumas das principais formas relatadas foram rodas de conversa, plenárias, assembleias, votação e consenso, de forma presencial ou virtual por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que, especialmente após a pandemia, se tornaram alguns dos principais meios de comunicação para tomada de decisão.



A organização movimentava as tomadas de decisões partindo de pesquisas; caixinhas de pergunta (Instagram), Google Forms, conversas com o grupo que será diretamente atingido com a decisão, sendo assim são filtradas as necessidades e levadas para reuniões internas.”

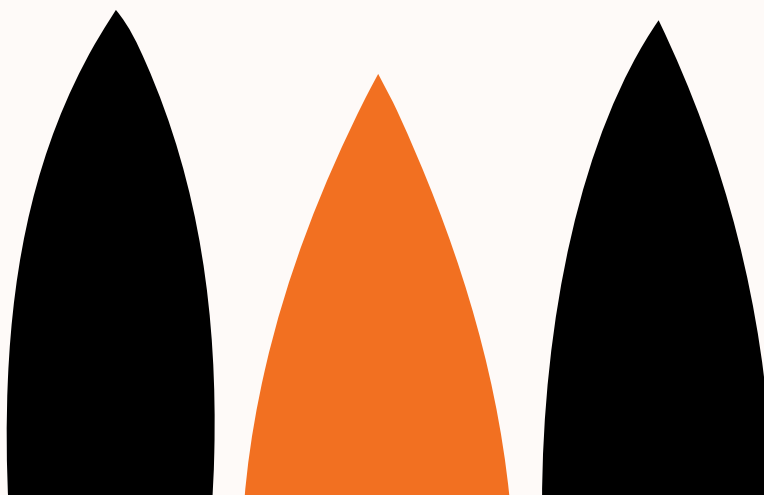
Organização/grupo cujas decisões são tomadas por Coordenadora(e) / Diretora(e) / Secretária Executiva de São Paulo

O respeito pelos saberes ancestrais e pelo conhecimento e experiência das anciãs e pessoas de mais idade também foi um dado identificado, especialmente entre organizações e grupos indígenas e de pessoas de terreiro.



Até serem tomadas [as decisões], passam por opiniões e conhecimento da aldeia, das mulheres e famílias, especialmente dos mais velhos, de quem veio antes, da cacique (...) e lideranças espirituais.”

Organização/grupo cujas decisões são tomadas por Coordenadora(e) / Diretora(e) / Secretária Executiva de Santa Catarina





Estratégias de Ativismo

FORMAS DE ATUAÇÃO

Assim como na pesquisa de 2021, as organizações e grupos continuam atuando majoritariamente com atividades de formação (95%, antes 88,1%) e com ação coletiva ou trabalho em rede (86,39%, antes 81,1%). Esses números sofreram um aumento, assim como os percentuais referentes às atividades de controle e participação social (67,12%, antes 50,3%) e de atendimento direto às comunidades (82,54%, antes 73,7%).

PERCENTUAL DE FORMAS DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES/GRUPOS		
	SIM	NÃO
Atividades de formação	95%	5,0%
Ação coletiva ou trabalho em rede	86,39%	13,61%
Atendimento direto às comunidades	82,54%	17,46%
Promoção do debate público	71,66%	28,34%
Ações de mobilização social	70,98%	29,02%
Controle e participação social	67,12%	32,88%

O atendimento direto às comunidades se tornou a terceira principal estratégia de ativismo das organizações, posição que em 2021 era ocupada pelas ações de mobilização social. Essa nova dinâmica corresponde ao que observamos em tópicos anteriores em relação a outros/novos eventos e contextos que demandam uma atuação cada vez mais direcionada às comunidades, como é o caso do aumento da violência, tanto no âmbito doméstico (dentro das residências e de espaços convencionalmente compreendidos como seguros), quanto público (nas vias públicas e em espaços de interação social).

De acordo com os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), **todas as**

formas de violência contra a mulher cresceram em 2022. Também houve um aumento nos números de violência contra crianças e adolescentes, de violência nas escolas, e de taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais em alguns territórios. Dessas, a maioria acometeu pessoas negras, jovens e residentes de periferias – características que se destacam entre os perfis das organizações e grupos. No entanto, esses não foram os únicos grupos que vivenciaram a intensificação da violência. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023), **a violência contra os povos indígenas também aumentou em 2022**, com dados alarmantes sobre desassistência em saúde, mortalidade infantil, e assassinatos e violências ligadas ao patrimônio indígena.

Nesse sentido, os perfis de liderança que mais realizam atendimento direto às comunidades são as indígenas (89,13%) e negras (81,02%). Esses perfis também lideram em ações coletivas ou trabalhos em rede: 87,82% são lideranças negras e 86,96% são lideranças indígenas. Quanto às regiões, as que mais realizam atendimento direto às comunidades são o Sudeste (85%) e o Nordeste (83,5%). O Sudeste também lidera em atividades de formação (96%) junto ao Norte (96%). Nas estratégias de ação coletiva ou trabalho em rede, as organizações e grupos sediados no Sudeste também lideram (88%), seguidas das da região Sul (87,8%).

Em relação aos perfis de beneficiárias, observamos que **todas as organizações e grupos que atendem aos perfis de beneficiárias listadas realizam atendimento direto às comunidades**, com exceção dos perfis de beneficiárias mulheres em geral (82,56%) e mulheres negras (82,47%). Em atividades de formação, os perfis de beneficiárias que mais se destacam são as populações quilombolas (98,1%), as mulheres em situação de violência doméstica (97,32%) e as mulheres indígenas (97,44%), enquanto as pessoas mais beneficiadas por ações coletivas ou trabalhos em rede são as estudantes universitárias (90,77%), as mulheres com deficiência (89,83%) e as profissionais de saúde (89,74%).



[A organização/grupo atua em/com] advocacy, direitos indígenas, reflorestamento e cuidado com ativistas, como campanha de mitigação climática, emissão do título de eleitores para mulheres e jovens, conferência do meio ambiente e curso pré-vestibular para mulheres indígenas.”

Organização/grupo que atua com todas estratégias listadas de Roraima

ESTRATÉGIAS DE ATIVISMO

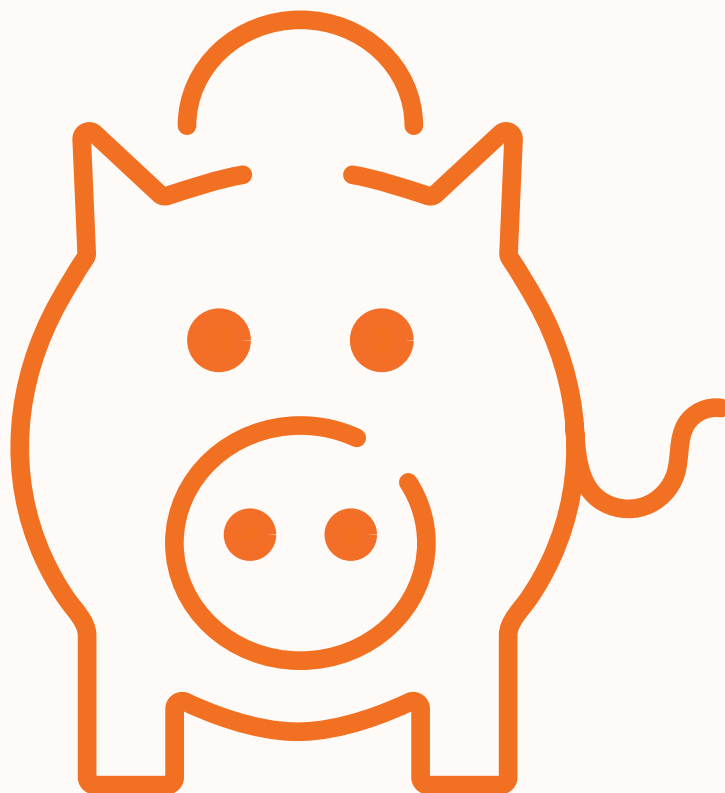
Quase todas as organizações e grupos atuam com duas ou mais estratégias de ativismo (96,83%), sendo **a maioria (41,5%) atuante em todas as estratégias listadas**: atendimento direto às comunidades, ações de mobilização social, promoção do debate público, controle e participação social, atividades de formação, e ação coletiva ou trabalho em rede. Entre as organizações e grupos que declararam não atuar com nenhuma das opções listadas (0,68%), a maioria (66,7%) afirmou ainda estar em processo de desenvolvimento das suas estratégias.



Desde nossa fundação [...] [a organização/grupo] que teve como objetivo levar educação básica ao presídio feminino de Sergipe, onde alcançamos 105 mulheres [...], temos avançado na luta pela garantia dos direitos das mulheres. Através da nossa atuação podemos destacar a contribuição para alguns avanços significativos como a abertura da nossa Casa de Acolhimento a Mulheres Vítimas de Violência e Vulneráveis [...] e o recebimento do título de utilidade pública do nosso estado.”

Organização/grupo que atua com todas estratégias listadas de Sergipe

É importante reforçar o quão diversificado é o ativismo das organizações e grupos liderados por mulheres no Brasil, cujo desenvolvimento das estratégias varia de acordo com uma série de fatores, como: o tamanho da organização; o território onde atuam; os perfis de lideranças e de beneficiárias; e, especialmente, as agendas, parcerias e recursos com os quais atuam. Desse modo, tanto o desenvolvimento (pelas organizações) quanto a catalogação (por pesquisadoras/es) de suas estratégias é uma tarefa desafiadora. Apesar disso, identificamos **alguns meios pelos quais as organizações costumam desenvolver os seus activismos com maior recorrência**: rodas de conversa e debates; oficinas; participação em reuniões, eventos e veículos da mídia; campanhas; TICs, em especial a presença nas plataformas de redes sociais; produção e distribuição de materiais, como cartilhas; e arrecadação e distribuição de doações.





[A organização/grupo atua em/com] assessoria urbanística e elaboração de planos populares, e mapeamento de saberes tradicionais. Considerando que nem todas as pessoas se sentem confortáveis para compartilhar suas vivências e saberes em rodas de conversas abertas e também por avaliar que as rodas de conversas não surtiam o impacto esperado, [a organização/grupo optou por] conversar individualmente com pescadoras e pescadores artesanais sobre suas experiências na lida da pescaria, sobre seus saberes e estratégias utilizadas para a sobrevivência desta cultura milenar. Por sermos do território e por termos uma relação próxima com nosso público-alvo, as conversas acontecem no porto, nas casas, e no espaço do coletivo sem necessariamente um agendamento prévio, fato que valida e reforça a confiança mútua. As entrevistas, quando autorizadas, são gravadas, editadas e postadas na nossa rede social, provocando interação latente. É incrível receber respostas de incentivos da nossa comunidade e de como ela se vê pertencente neste projeto comunitário. E, tão importante quanto, a visibilização das vozes de pessoas que pensam e pontuam sobre questões do território.”

Organização/grupo que atua com todas estratégias listadas da Bahia





Financiamento

RECURSOS GASTOS EM 2022

As organizações da sociedade civil brasileira compõem um dos setores que mais participam ativamente da economia. Além de representar 5,88% dos postos de trabalho ativos, esse setor é responsável por 4,27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, percentual similar ao setor da agricultura – no qual se inclui o agronegócio – e é superior ao do setor de fabricação de automóveis (FIPE, 2023). Contribuem, nesse sentido, com a capilarização das políticas públicas de modo bastante abrangente, a partir da geração de emprego, da distribuição de renda e recursos, e do desenvolvimento de ciência e inovação, entre outros.

O potencial de transformação que as organizações e grupos proporcionam também é percebido pelas suas lideranças. Segundo pesquisa da Iniciativa Pipa (2023) sobre filantropia em territórios periféricos, 97% dos membros de organizações e grupos acreditam que o seu trabalho ajuda a impulsionar a qualidade de vida no território e 91% acreditam que a sua atuação impacta a economia local.

Apesar dos números encorajadores, as organizações e grupos liderados por mulheres ainda encontram desafios na arrecadação de investimentos e, conseqüentemente, na realização de suas atividades. **A maioria das organizações (37,87%) investiu em média R\$32.747,33 no seu ativismo em 2022.** Os menores percentuais foram identificados entre os investimentos acima de R\$500.001 (0,68%) e de R\$1.000.001 (2,04%).

Quando observamos os dados por regiões, as disparidades se intensificam. As organizações e grupos que mais investiram em seus ativismos – entre R\$500.001 e mais de R\$1.000.001 – estão na região Sudeste (50%). **O Nordeste**, que abriga o maior percentual de organizações e grupos em

análise, por outro lado, é a região que concentra o maior número de organizações e grupos com investimentos entre R\$0 e R\$1.000 (38,71%). Dessas, a média de gastos foi de R\$133 ao longo de todo o ano de 2022.

PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES/GRUPOS EM 2022	
Entre R\$0 e R\$1.000	7,03%
Entre R\$1.001 e R\$10.000	20,18%
Entre R\$10.001 e R\$50.000	37,87%
Entre R\$50.001 e R\$100.000	14,51%
Entre R\$100.001 e R\$500.000	17,23%
Entre R\$500.001 e R\$1.000.000	0,68%
Mais de R\$1.000.001	2,04%
Não informaram	0,45%

PRINCIPAIS FINANCIADORES

Entre as principais fontes de financiamento das organizações e grupos liderados por mulheres estão o voluntariado (51,25%), os doadores individuais (pessoas físicas - 48,07%) e a venda de serviços e/ou produtos (37,19%), padrão que já havia sido identificado na pesquisa anterior. Prêmios e editais, e apoio/doação das próprias integrantes das organizações e grupos foram alguns dos “Outros” (12,02%) financiamentos citados. Entre os percentuais menos expressivos, estão os financiadores internacionais: governos estrangeiros (0,45%), empresas internacionais (1,36%) e fundações privadas internacionais (4,31%).



PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS FINANCIADORES NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS		
	SIM	NÃO
Voluntariado	51,25%	48,75%
Doadores individuais (pessoas físicas)	48,07%	51,93%
Vendas de serviços e/ou produtos	37,19%	62,81%
Eventos (festas, sorteios)	32,20%	67,8%
Fundos independentes (de mulheres, de direitos humanos, de equidade racial, etc.) nacionais	26,76%	73,24%
Campanhas de financiamento (online ou não)	19,73%	80,27%
ONGs nacionais	14,97%	85,03%
Fundos independentes (de mulheres, de direitos humanos, de equidade racial, etc.) internacionais	13,15%	86,85%
Governo municipal	12,24%	87,76%
Outros	12,02%	87,98%
Governo estadual	11,79%	88,21%
Fundações (institutos) privadas nacionais	11,79%	88,21%
Empresas nacionais	10,43%	89,57%
Não teve apoio financeiro	7,71%	92,29%
Governo federal	5,9%	94,1%
Órgãos multilaterais (ex. ONU mulheres, UNICEF, União Europeia, etc.)	5,67%	94,33%
ONGs internacionais	5,44%	94,56%
Fundações privadas internacionais	4,31%	95,69%
Empresas internacionais	1,36%	98,64%
Governos estrangeiros	0,45%	99,55%

Numa perspectiva territorial, as regiões com os maiores percentuais de voluntariado são o Sul (56,1%) e o Nordeste (55,88%). O Nordeste é a região com o maior número de organizações e grupos financiados por doações de pessoas físicas (51,76%) e por eventos (37,65%), além de figurar como a segunda região em vendas de serviços e/ou produtos (39,41%), atrás apenas do Norte (41%). O Norte também é a região cujas organizações e grupos mais utilizam fundos independentes nacionais (36%), seguida do Nordeste (32,35%), do Sul (29,27%), do Centro-Oeste (23,33%) e do Sudeste (17,33%).

Em relação aos dois principais indicadores – voluntariado e doadores individuais (pessoas físicas) –, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS, 2023) identificou que **84% dos brasileiros acima de 18 anos realizaram algum tipo de doação em dinheiro, bens, alimentos e/ou trabalho voluntário em 2022**. Esse número registrou um aumento em comparação ao ano de 2020 (66%, quando foi declarada a pandemia de Covid-19) e em relação a 2015 (77%, quando o Instituto começou a realizar esses levantamentos). Em relação a perfis de doadores individuais, a maioria tem 60 anos ou mais, possui nível superior e doou em média R\$300 em 2022. Ainda, 76% realizaram a doação de forma espontânea, enquanto 24% realizaram a doação exclusivamente a partir de ações de captação de recursos.

Se por um lado esses dados indicam uma retomada e um avanço dessas práticas na sociedade brasileira, por outro lado levantam um questionamento sobre a **sustentabilidade organizacional**: o voluntariado e as doações individuais conseguem reter, de modo sustentável, as demandas internas e externas das organizações e grupos em contextos sociais de crescente aprofundamento das desigualdades, das violências e de eventos de caráter emergencial?





A maior parte das atividades realizadas pelo [organização/grupo] são atividades voluntárias. Há grande demanda de ações de formação política, muitas não se consegue realizar pela dificuldade de deslocamento até os municípios maranhenses, dada a extensão territorial do Estado e a dimensão geográfica que exige grandes viagens de ônibus, barco e avião. No caso de [localidade], cujas distâncias variam entre 12 e 18 horas de ônibus, impossibilita a realização de muitas atividades solicitadas. [...] Nos tempos de pandemia foram muitas as atividades online. A retomada aos projetos tem sido mais lenta. Uma das estratégias de atuação é usar as estruturas que dispomos de nossas instituições de trabalho [particulares] para sempre levar atividades de formação, que são realizadas em horas vagas.”

Organização/grupo financiado por voluntariado, doadores individuais, vendas de serviços e/ou produtos, eventos e campanhas de financiamento coletivo do Maranhão

As mulheres são as que mais desempenham funções de cuidado e assistência social. Mas, junto às pessoas trans, bissexuais, jovens e desempregadas, são as que possuem a saúde mental mais debilitada (iCASM, 2023). A ausência de redes de apoio e de relações familiares saudáveis, a situação financeira, a autopercepção e a vivência em contextos de violência são alguns dos fatores desencadeantes para que essas populações figurem entre as de maior incidência a desenvolver transtornos mentais. Soma-se a isso o fato de que as mulheres são as mais sobrecarregadas em ambientes de trabalho doméstico e profissional, acumulando, nesse sentido, mais de uma função.

Uma ilustração desse panorama é apresentada pela Iniciativa Pipa (2023): 89% das lideranças de organizações e grupos situados em territórios periféricos (das quais, 68% são mulheres) afirmaram trabalhar em outros espaços além das organizações e grupos que lideram. Em razão de desempenharem jornadas duplas ou triplas e não poderem se dedicar integralmente às organizações e grupos, suas estratégias de ativismo são, então, comprometidas. Diante desse cenário, podemos considerar que **a sustentabilidade das organizações e grupos liderados por mulheres no Brasil está ameaçada** à medida em que a saúde das suas lideranças e das próprias organizações – especialmente, mas não exclusivamente, a saúde financeira – está fragilizada e atua em contextos de alta instabilidade e incerteza.





O Coletivo iniciou as suas atividades em 2019, inspirado por um sentimento de urgência em um momento de enfraquecimento dos movimentos de mulheres em Goiás. A realidade do estado, que é historicamente violenta, conservadora, machista e racista, estava ainda pior na gestão [Governo à época]. Neste cenário de diversos e complexos desafios, reunimos forças tendo como foco o desenvolvimento de projetos voltados ao Bem Viver das Mulheres, em especial as goianas. Atuamos com: Advocacy e Assessoria Jurídica; Mulheres em situação de violência, em situação de cárcere e vítimas da ditadura e violência policial. Realizamos encontros em parceria [outra organização], com produção de cartilha e rodas de cuidado ao longo de toda a pandemia - online e, quando possível, presencial -, além de distribuição de alimentos e produtos de higiene para mulheres no campo e nas periferias. Também atuamos com comunicação, participação em programas de rádio e formação em diversos meios de comunicação.”

Organização/grupo financiado por voluntariado, doadores individuais, eventos, fundos independentes nacionais e governo municipal em Goiás

OBSTÁCULOS PARA ACESSAR RECURSOS

Num contexto de alta instabilidade e incerteza em relação ao financiamento de suas atividades, 94,56% das organizações e grupos liderados por mulheres afirmam ter dificuldade em acessar recursos. O percentual é similar quando analisados os dados por região e por perfis de liderança, com destaque para organizações e grupos liderados por mulheres com deficiência, cuja totalidade afirmou enfrentar obstáculos no acesso a recursos.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS QUE AFIRMAM TER DIFICULDADE EM ACESSAR RECURSOS POR REGIÃO					
	NORTE	NORDESTE	CENTRO	SUDESTE	SUL
Sim	98%	94,71%	96,67%	96,67%	90,24%
Não	2,0%	5,29%	3,33%	0,33%	9,76%

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS QUE AFIRMAM TER DIFICULDADE EM ACESSAR RECURSOS POR PERFIL DE LIDERANÇA					
	INDÍGENA	JOVEM	LBTI	NEGRA	PCD
Sim	97,83%	96,2%	95,26%	94,33%	100%
Não	2,17%	3,8%	4,74%	5,67%	-

Entre as principais dificuldades relatadas pelas organizações e grupos, estão a burocracia e/ou excesso de exigências (62,81%), não possuir CNPJ (40,6%) e não ter pessoas designadas e/ou capacitadas para escrever os projetos para solicitação de recursos (40,6%).

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS POR OBSTÁCULOS PARA ACESSAR RECURSOS		
	SIM	NÃO
Burocracia e/ou excesso de exigências	62,8%	37,2%
Não possuir CNPJ	40,6%	59,4%
Não ter pessoas para escrever projetos	40,6%	59,4%
Não ter equipamentos	33,1%	66,9%
Formulários muito extensos ou difíceis de preencher	32,43%	67,6%
Edital e/ou formulários em outros idiomas	25,62%	74,4%
Falta de acessibilidade nos editais	24,72%	75,3%
Prazos curtos para inscrição	17,91%	82,1%
Outros	16,78%	83,2%
Não ter Internet	8,16%	91,8%

A burocracia e/ou excesso de exigências é o principal obstáculo apontado por organizações e grupos das regiões Norte (68%) e Nordeste (66,5%), ao passo que Sudeste (42,7%) e Nordeste (41,8%) lideram quando “não possuir CNPJ” se torna um obstáculo para acessar recursos. Não ter pessoas para escrever projetos, por sua vez, apresenta números muito equilibrados entre as regiões, com percentuais que variam entre 39% (Sul) e 44% (Norte).

A região Norte também se destaca no tocante a não ter equipamentos (44%), não ter Internet (16%), formulários muito extensos ou difíceis de preencher (40%) e edital e/ou formulários em outros idiomas (38%). **Percentualmente, as organizações e grupos da região Norte são, portanto, as que mais enfrentam os obstáculos listados.** A região Sul foi a que mais declarou os prazos curtos para inscrição (24,39%), a falta de acessibilidade nos editais (26,83%) e “outros” obstáculos (31,71%).

Em relação aos perfis de liderança, observamos um equilíbrio entre os percentuais, com exceção às **organizações e grupos liderados por PCD e indígenas, que se sobressaem em alguns obstáculos:** lideranças PCD em “não ter pessoas para escrever projetos” (50%), “prazos curtos para inscrição” (27,78%) e “falta de acessibilidade nos editais” (35,19%); e lideranças indígenas em “não ter equipamentos” (52,17%), “editais e/ou formulários em outros idiomas” (39,96%) e “não ter Internet” (21,74%).

Um último dado importante de se destacar é a falta de acesso à Internet como um obstáculo à obtenção de recursos. Apesar de ser o número mais inexpressivo quando comparado aos demais obstáculos, consideramos que configura um dado de alerta quando observado o contexto desta pesquisa. Isto porque, a participação no Edital Mulheres em Movimento 2023, que possibilitou a produção dos dados em análise, demandou das organizações e grupos o acesso a equipamentos eletrônicos e à Internet para o preenchimento e o envio do seu formulário de candidatura. Ainda, como apresentamos na seção sobre Territórios, a maioria das organizações e grupos está situada nas capitais e nas periferias e centros urbanos.

No entanto, 14,3 milhões de domicílios brasileiros não têm nem computador e nem acesso à Internet, e 62% dos usuários de Internet brasileiros acessam a rede exclusivamente pelo telefone celular (NICBR, 2023a). Nesse contexto, apesar de avanços relacionados à infraestrutura nos últimos anos, os **desafios associados à conectividade das organizações ainda**

são significativos. Há, por exemplo, um predomínio do uso de telefone celular pessoal (76%) como dispositivo informacional entre as organizações (NICBR, 2023b). Isto se deve, principalmente, à falta de recursos para investir em tecnologia, o que, por sua vez, pode representar um desafio à estrutura organizacional e às estratégias de atuação. Além de, como vimos, representar um obstáculo ao acesso a recursos.

Assim, mesmo sendo pouco significativo no contexto dos dados sobre desafios enfrentados para acessar recursos, o percentual sobre a falta de acesso à Internet representa um número expressivo no contexto geral da pesquisa e das organizações – e da sociedade brasileira de modo abrangente.





Parcerias

PINCIPAIS PARCERIAS

As parcerias que as organizações e grupos estabelecem são múltiplas e diversas, assim como os seus activismos. Desse modo, acompanhando a tendência observada nas seções anteriores, o comportamento prevalente entre as organizações é de possuírem du-as ou mais parcerias, geralmente com outras organizações e grupos de movimentos so-ciais (68,5%) e de mulheres (51,7%), ou, no âmbito governamental municipal (32,2%). Uni-versidades e iniciativas universitárias e educacionais, instituições e fundações, bem como órgãos do Poder Judiciário e de promoção de direitos – a exemplo de tribunais, defensorias e conselhos – também figuram entre “outras” (29,9%) parcerias firmadas pelas organizações e grupos liderados por mulheres.

PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES/GRUPOS POR PARCERIAS FIRMA-DAS		
	SIM	NÃO
ONGs e grupos de outros movimentos sociais	68,5%	31,50%
ONGs e grupos de mulheres e/ou LGBTI	51,7%	48,30%
Governo municipal	32,2%	67,80%
Outras	29,9%	70,10%
Governo estadual	24,26%	75,74%
Governo federal	13,15%	86,85%
Não têm parcerias	8,39%	91,61%

O governo federal se mantém como uma representação pouco expressiva tanto como financiador (5,9%) quanto como parceria (13,15%). No entanto, esse é um dado que informa uma dinâmica usual da relação do governo federal com as organizações da sociedade civil de modo geral. Dinâmica essa que, após visualizar um crescimento histórico no repasse de recursos no ano de 2017, sofreu um grave declínio a partir de 2018 (IPEA, 2020), o que

pode ser justificado pelos sucessivos cortes de recursos públicos federais e pelos diferentes níveis de abertura do Estado ao diálogo e à participação das OSCs nas ações governamentais.

Nesse sentido, no âmbito da pesquisa, as organizações e grupos que mais firmaram parcerias com o governo federal nos últimos dois anos foram as da região Sul (21,95%). O Sul também foi a região que mais firmou parcerias com os governos municipais (41,5%), ao passo em que o Centro-Oeste liderou em parcerias com os governos estaduais (36,7%). O Nordeste, por sua vez, se destaca em parcerias com ONGs e grupos de outros movimentos sociais (77,1%), enquanto o Norte lidera em parcerias com ONGs e grupos de mulheres e/ou LGBTI (62%).





Em Movimento... E Sempre

*“Vem, irmã
Bebe da fonte verdadeira
Que faço erguer tua cabeça
Pois tua dor não é a primeira
E um novo dia sempre começa”*

Mulher, Eliane Potiguara

Se perguntadas às organizações quais palavras melhor descrevem os “ativismos feministas” no Brasil, possivelmente nos depararemos com uma gama de definições. Para nós, após a análise detalhada dos dados aqui apresentados, duas palavras se destacam: “cuidado” e “transformação”. Esta última, como observamos ao longo da pesquisa, é vital para o ecossistema das OSCs no Brasil. Em meio a um amplo cenário de obstáculos que ameaçam a continuidade dos seus activismos, as organizações lideradas por mulheres resistem e sobrevivem à medida em que precisam sempre se reinventar, num processo constante de transformação.

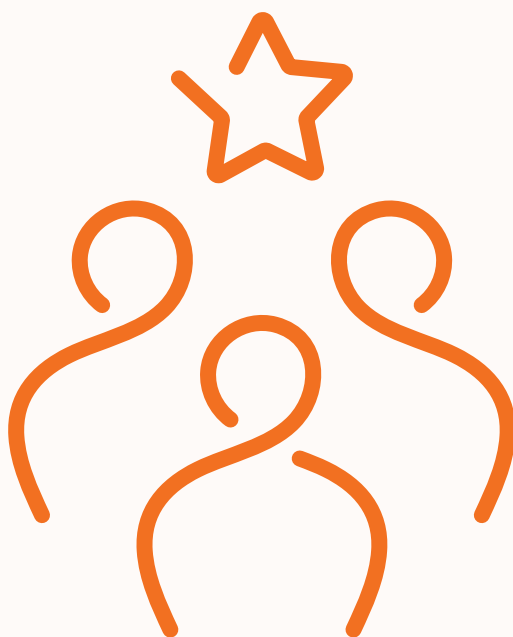
Transformação das estruturas de opressão e realizadas nos territórios.

Além dos processos de remodelação dos seus activismos, as organizações também desempenham um papel fundamental na transformação dos territórios onde atuam, contribuindo diretamente para o aumento da qualidade de vida das suas beneficiárias e para toda a sociedade. “Pequenas” revoluções diárias que não passam despercebidas, por exemplo, pelos dados sobre a contribuição que essas organizações realizam para os índices e indicadores socioeconômicos do país, para a efetivação das políticas e garantia dos direitos das mulheres e dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, a transformação proposta e promovida pelas organizações caminha lado a lado com a necessidade de cuidar. Nunca se falou tanto em “cuidado” e no dever de cuidar – em sentido amplo – quanto na atualidade, especialmente a partir dos eventos sociais e ambientais vivenciados nos últimos anos com cada vez maior gravidade, como a pandemia de Covid-19, o aumento das desigualdades e violências, e os eventos climáticos extremos. **O cuidado com o meio ambiente, com os territórios, com o próximo e consigo mesmo estão no centro das discussões e já não é possível ignorar ou negar o caráter urgente da prática do cuidado em todos os âmbitos.**

Para as organizações e grupos liderados por mulheres cis, trans e outras transidentidades, no entanto, observamos que essa é uma questão central e inegociável, e integra os seus activismos desde a sua fundação. Ainda que a recíproca nem sempre seja verdadeira, e as mulheres sejam um dos grupos mais acometidos pelas desigualdades sociais e por transtornos de saúde mental, **a transformação realizada pelas organizações lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades é, historicamente, orientada por políticas de cuidado.** Dito isso, é evidente o vanguardismo da filantropia feminista em direção à construção de sociedades verdadeiramente diversas, inclusivas e justas, sendo essencial um melhor direcionamento ao fortalecimento dessas organizações.

A filantropia feminista tem um papel fundamental na promoção de mudanças nas estruturas sociais que são produtoras de sofrimento (FISCHER, 2023) e iniquidades, pois ao apoiar e fortalecer a atuação dos activismos de mulheres cis, trans e outras transidentidades, ela reafirma a sua crença e confiança na potência transformativa que esses movimentos possuem para a construção de uma sociedade livre de opressões.



O fortalecimento das OSCs lideradas por mulheres demanda uma série de ações. Entre as que mais se destacam estão o fortalecimento do ativismo e missão da organização, o fortalecimento institucional e o fortalecimento das lideranças. Num contexto regional, **todas as organizações do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul indicaram necessitar de apoio para o seu fortalecimento institucional e para o fortalecimento das suas lideranças**. Os números relativos ao apoio para fortalecimento do ativismo e da missão da organização também foram muito expressivos: Norte (76%); Nordeste (79,4%), Centro-Oeste (86,7%); Sudeste (81,3%) e Sul (85,4%). A partir de uma perspectiva dos perfis de liderança, identificamos ainda que as lideranças indígenas (78,3%) e LGBTI (71,1%) são as que mais necessitam de fortalecimento institucional, ao passo em que as indígenas também se sobressaem em fortalecimento das lideranças (78,3%).

Fortalecimento é a ação-chave para assegurar que as organizações tenham a sua sustentabilidade garantida e sigam promovendo a transformação que a sociedade necessita. Em movimento... E sempre.





Bibliografia

BARBOSA, Ana Carolina da Silva. “Justiça climática à luz da litigância”. In: Gênero e Clima; Observatório do Clima. Quem precisa de justiça climática no Brasil? 2022, p. 160-166. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BARROS, Alerrandre. Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declaram homossexuais ou bissexuais em 2019. Agência de Notícias IBGE, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 13 set. 2023.

CEERT. Radar CEERT: Mercado de trabalho. São Paulo: Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, março de 2023. Disponível em: <https://ceert.org.br/esg>. Acesso em: 14 set. 2023.

CIMI. Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022. Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

Cultura da doação ganha força no Brasil depois da pandemia. Valor Econômico, 20 de set. de 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/09/20/cultura-da-doacao-ganha-forca-no-brasil-depois-da-pandemia.ghtml>

ELAS. Impacto de COVID-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil: ativismo e pandemia. Rio de Janeiro: ELAS+ Doar para Transformar, 2021.

ENAP. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3845/1/MROSC%20-%20MARCO%20REGULAT%C3%93RIO%20DAS%20ORGANIZA%C3%87%C3%95ES%20DA%20SOCIEDADE%20CIVIL.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FIPE. A importância do Terceiro Setor para o PIB no Brasil e em suas Regiões. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; Movimento Por Uma

Cultura de Doação; SITAWI, 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/9775-mioloterceirosetor-completo.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

iCASM. Panorama da Saúde Mental: Ferramenta dinâmica de pesquisa e monitoramento contínuo da saúde mental dos brasileiros. Índice Instituto Cactus-Atlas de Saúde Mental – iCASM, 1º semestre 2023. Disponível em: <https://panoramasaudemental.org>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBGE. Panorama do censo demográfico 2022. IBGE, 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 13 set. 2023.

IBGE. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 20 out. 2023.

IBGE. Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102019.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

IDIS. Pesquisa doação Brasil 2022. São Paulo: Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS, 2023. Disponível em: <https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa-Doacao-Brasil-2022-IDIS.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

IPEA. Indicadores. Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2020. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/indicadores>. Acesso em: 13 set. 2023.

IPEA. Relatório descritivo sobre OSCs com atuação em temáticas ligadas a públicos específicos e minorias: Mulher. Brasília / Rio de Janeiro, março de 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/3234-dashboard-mulheres-v2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

MELLO, Janine; PEREIRA, Ana Camila Ribeiro. Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: trajetórias de criação e fechamento de Organizações da Sociedade Civil de 1901 a 2020. Brasília: Ipea, jun. 2023. 39 p. (Texto para Discussão, n. 2891). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2891-port>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11453/2/TD_2891_Web.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

NICBR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2022 [livro eletrônico] = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian households: ICT Households 2022 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

NICBR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas organizações sem fins lucrativos brasileiras: TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2022 [livro eletrônico] = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian nonprofit organizations: ICT Nonprofit Organizations 2022 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023b. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230413113804/tic_osfil_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

INICIATIVA PIPA. Periferias e Filantropia – As barreiras de acesso aos recursos no Brasil. Iniciativa PIPA, 2023. 84 p.

OPAS. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. Notícias, 05 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 13 set. 2023.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. 1. Ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

TSE. Estatísticas eleitorais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>. Acesso em: 14 set. 2023.



fundosocialelas.org

